

ATA Nº20

----- **Ata da sessão ordinária, da assembleia municipal de Vagos, realizada no dia 27 de abril de 2017.** -----

-----Ao vigésimo sétimo dia do mês de abril de dois mil e dezassete, pelas dezoito horas e trinta e cinco minutos, no salão nobre dos paços do concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Rui Miguel Rocha da Cruz, secretariado pela senhora Maria Helena Marques dos Santos e pelo senhor Victor Neto com a seguinte **ordem de trabalhos**: -----

-----**A – Apreciação e votação das atas das sessões de 17/02/2017;** -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

-----**C – Justificação de faltas;** -----

-----**D – Período “antes da ordem de trabalhos”;** -----

-----**E – Período da “ordem de trabalhos”;** -----

----- **PONTO UM – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NO PERÍODO 04 DE FEVEREIRO A 20 DE ABRIL DE 2017 NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- **PONTO DOIS: ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO AO PDM – PARA CONHECIMENTO;** -----

----- **PONTO TRÊS: REGIME EXTRAORDINÁRIO DE REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS (DL Nº165/2014 DE 5 NOVEMBRO) – PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL – HELITENE - INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, LDA;** -----

----- **PONTO QUATRO: ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS;** -----

----- **PONTO CINCO: CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO/LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 1.500.000€ - BENEFICIAÇÃO DA EM 598 – RINES SANCHEQUIAS;** -----

----- **PONTO SEIS: PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016;** -----

-----**Nota importante:** A sessão é pública e no final o público presente poderá solicitar a sua intervenção. -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: -----

----- Juan Carlos Ferreira Martins, Manuel Marcelino Manangão, Hermes Jorge Rodrigues Fernandes, Madalena Marques Santos Simões Pinto, Marco Aurélio Lourenço Martins, Liliana Barreira, André Pinho, em substituição de José Augusto Ferreira Martins, eleitos na lista do PSD. -----

----- Mário Castelhana, César Grave, Ana Paula Mourão, Diana Marques Santos Cartaxo, Óscar Ferreira Pascoal, António Bastião e Jorge Pereira, eleitos na lista do CDS. -----

----- Óscar Gaspar, Carla Gouveia e Susana Almeida, em substituição de Pedro Mantas, eleitos na lista do PS. -----

----- Igualmente compareceram os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Luís Fernando Dias Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão; Albano Jesus Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; Arlindo das Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora; Maria Fernanda de Jesus Almeida Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Ouca; Silvério de Jesus Rua, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de

Vagos e Santa Catarina; Rosa Martins, em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos, Fernando José Silva Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Soza e Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Faltaram à presente sessão os senhores Deputados José Augusto Ferreira Martins, Pedro Mantas e Amílcar Raimundo, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos. -----

----- Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o senhor Presidente da Câmara Municipal, senhor Silvério Rodrigues Regalado, e os Vereadores senhora Sara Raquel Rodrigues Caladé, senhora Dulcínia Sereno, senhora Maria do Céu Marques, senhora Ana Maria Vasconcelos e o senhor João Domingues. -----

-----**A – Apreciação e votação da ata da sessão de 17 de fevereiro de 2017.** -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a votação a ata da sessão realizada no dia dezassete de fevereiro de dois mil e dezassete, tendo o senhor Deputado Óscar Gaspar sugerido uma alteração, ou melhor solicitou que se acrescentasse algum texto ao ponto seis que, no seu entender, é importante ficar registado. Porque se é verdade que o senhor Presidente da Câmara pediu que se retirasse o assunto da ordem de trabalhos foi após haver uma discussão e haver uma tomada de posição por parte dos grupos municipais, pelo menos do ponto de vista do Partido Socialista. O senhor Deputado gostava que ficasse em ata uma súmula daquilo que foi dito e a justificação da sua posição para que houvesse em reconhecimento de interesse público àquela entidade. O grupo municipal do PS entendeu que tal como se apresentava o pedido não reunia condições de ser aprovado. Não havendo mais intervenções a ata foi **aprovada por unanimidade**, não tendo votado os membros que estiveram ausentes na respetiva sessão. -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa.** -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, da qual não foram enviadas fotocópias aos elementos da Assembleia Municipal, no período compreendido entre vinte de fevereiro e vinte e sete de abril de dois mil e dezassete. O senhor Presidente informou de que os documentos estão disponíveis para quem quiser consultar. -----

----- **C- Justificação de faltas.** -----

----- Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do Regimento da Assembleia Municipal de Vagos, o senhor Presidente informou o órgão deliberativo que a Mesa da Assembleia Municipal justifica as faltas dadas pelos senhores Deputados Pedro Mantas e José Augusto Martins à sessão de hoje. -----

----- **D – Período “antes da ordem de trabalhos”:** -----

----- Antes de dar início a este ponto o senhor Presidente da Mesa pediu à senhora Deputada Ana Paula Mourão que apresentasse uma projeção que por motivos técnicos não foi possível fazer na cerimónia do 25 de Abril. A senhora Deputada apresentou, então, um poema declamado por João Villaret sobre a liberdade. -----

----- Terminada a apresentação o senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao senhor Deputado António Bastião que abordou duas questões, sendo que uma delas prende-se com a demolição do antigo Centro de Saúde. O que está previsto acontecer naquele local? Perguntou. É que

sobre este assunto ouvem-se as mais diversas coisas do que possa vir a ocorrer, tais como: parque de estacionamento de camiões, de autocarros, de autocaravanas. A segunda questão que colocou tem a ver com a data prevista para o início da construção dos armazéns municipais em Santo André de Vagos.

----- De seguida usou da palavra o senhor Deputado Óscar Pascoal e referiu que tem visto bastante e diferentes trabalhos pelas Freguesias e por isso gostava de saber se há algum motivo especial para ver um volume e um grande número de frentes de trabalho, coisa que não se verificava há uns tempos atrás.

----- Seguidamente usou da palavra a senhora Deputada Carla Gouveia para deixar duas pequenas notas. A primeira delas é sobre iluminação pública em locais onde não passam estradas. Por exemplo, indo a pé até ao Bairro de São João á noite é bastante escuro. No Local existem postes de iluminação que não têm iluminação, e a senhora Deputada sabe que existe uma campanha de economia de energia elétrica, mas outros estão partidos, se calhar por questões de vandalismo. Mas este não é o único sítio, é só dar uma volta pelo Concelho e verificam-se outros locais com o mesmo problema e torna-se bastante perigoso andar em alguns sítios com a escassez de iluminação. Entretanto, felicitou a Câmara Municipal pelo arranjo do parque infantil do Bairro de São Sebastião, que foi visto com muito agrado porque, de facto, já estava a precisar de intervenção. Outra questão que referiu prende-se com a falta de cidadania e de responsabilidade individual a nível dos resíduos urbanos, nomeadamente, a nível do Ecoponto. A senhora Deputada teve a iniciativa de contactar a Sociedade Ponto Verde e disseram-lhe que o modo como é feita a distribuição dos pontos é considerando a densidade populacional e as zonas residenciais. Mas esta não é de todo uma responsabilidade da Autarquia, nem das empresas de recolha de resíduos e sim alguma falta de responsabilidade dos cidadãos, porque se vêem muitos contentores de cartão e com vidros e muitos plásticos colocados em contentores comuns, o que é lamentável. -----

----- Entretanto, usou da palavra o senhor Deputado Juan Carlos Martins e começou por dizer que foi com pesar que recebeu a notícia do falecimento do senhor António José, administrador da empresa Plafesa e, por isso, deixar votos de condolências à família e os amigos. A seguir quis deixar a informação relativa à última reunião da CIRA, realizada no dia treze de abril, e dizer que os documentos estão todos disponíveis na página da CIRA. De entre os assuntos discutidos realçou a Prestação de Contas 2016, a informação dos compromissos plurianuais assumidos até março de 2017, a apreciação e votação do orçamento, a primeira revisão do orçamento 2017 e o relatório anual do plano de prevenção de riscos de gestão. O senhor Deputado deixou ainda um pedido aos representantes da Assembleia Municipal na CPCJ, porque se não lhe falha a memória nunca foi prestado aqui nenhum esclarecimento quanto ao que se passa na CPCJ pelos representantes da Assembleia Municipal. Por último pediu ao senhor Presidente da Câmara que tivesse alguma paciência e explicasse, mais uma vez, e de forma pormenorizada todo o processo da obra da estrada Rines/Sanchequias desde o princípio. Segundo ele tem-se dito muitas mentiras e tem havido muita falta de sinceridade naquilo que se diz. Uma das coisas que se tem dito é que não há intenção de fazer estrada nenhuma. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freguesia de Soza referiu que não querendo ser chato e andar sempre a repetir-se mas esta semana assistiu-se a uma série de episódios com cães perigosos e potencialmente perigosos, um deles aqui bem perto no concelho de Ílhavo. Ainda hoje o senhor Deputado tirou uma hora do seu tempo e foi visitar os armazéns da Câmara Municipal e o canil

para ver as condições e o canil que o Município de Vagos tem e nem sabe o que dizer sobre o assunto. Diz bem de quem toma conta do canil, o senhor Hélder. Ainda esta semana teve de o chamar para resolver uma situação de um animal que foi atropelado e que causou um acidente em Salgueiro. O animal vadio que foi atropelado era uma cadela que tinha dentro delas seis cães prestes a nascer e ficou com as pernas partidas em três lados e o senhor Hélder, em conjunto com a Veterinária Municipal, conseguiu recolher o animal e teve de o albergar no seu gabinete dentro de uma caixa de madeira debaixo da secretária onde ele devia estar a trabalhar. É de honrar a vontade desta pessoa. O concelho de Vagos, e em concreto a Freguesia de Soza, está cheio de animais abandonados. Ainda na segunda feira uma menina a sair do cruzamento em frente à Junta de Freguesia, a sair do cruzamento da Lavandeira, em direção a Vagos foi quase atacada por um desses cães vadios que correu atrás dela a ladrar. A miúda atrapalhou-se toda e começou a pedalar e atravessou a estrada mesmo no preciso momento em que passava um carro. O condutor teve de travar a fundo e parou a meio metro da miúda., ou seja, por pouco não tinha sido atropelada. Hoje mesmo à porta do café estava a senhora do café toda indignada estava preocupada porque andava lá um cão vadio. Portanto, esta questão tem de ser resolvida, não se pode passar a vida a chutar este problema para canto. Cada vez o problema é maior, mais animais a serem abandonados e cada cadela abandonada que não for castrada vai ter mais cães e, portanto, cada vez mais se vai multiplicando o problema. Parece que terá de morrer alguém para se fazer alguma coisa para travar esta situação. -----

----- De seguida usou da palavra o senhor Deputado Jorge Pereira e perguntou para quando está prevista a reparação da estrada que vai de Santo André para a Vigia, e o passeio da rua da Igreja. Já disseram por várias vezes que a construção do passeio está dependente do arranque das obras do Centro de Dia de Santo André mas infelizmente essa obra tarda em iniciar e o senhor Deputado perguntou se não há um plano B ou se já há algum prazo para essas obras começarem. -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor Deputado Óscar Gaspar para dar nota de uma troca de correspondência que houve entre ele e o senhor Presidente da Assembleia Municipal. Em determinada altura o senhor Presidente da Assembleia referiu que o assunto podia ser abordado na reunião da Assembleia Municipal agendada, onde podia propor um rol de reparos e encargos ao evento em questão. O evento em questão é o 25 de abril. O senhor Deputado perguntou: *“O que foi aquilo na terça-feira é capaz de nos dizer? Que é que foi aquilo que estivemos aqui a fazer? Foi uma sessão da Assembleia Municipal? Foi uma iniciativa da Câmara? E qual foi o objetivo? Além de estarmos aqui, e bem, a recordar o 25 de abril o que é que passou pela cabeça do senhor Presidente da Assembleia Municipal e o senhor Presidente da Câmara para organizarem aquele evento nos termos em que o fizeram?”* Para o senhor Deputado aquilo não fez nenhum tipo de sentido, e já nem falou em pormenores de organização. Não há um guião, ninguém sabe exatamente o que é que vai acontecer. Num dos e-mails referiu que este evento foi uma coisa combinada entre o Presidente da Câmara e o Presidente da Assembleia. A verdade é que o senhor Presidente da Assembleia não combinou nada, nem articulou com o resto da Assembleia e o senhor Presidente da Câmara Municipal não o fez com os senhores Vereadores. Portanto, supõe-se que seja só uma combinação dos senhores Presidentes. O senhor Deputado nem sequer percebeu qual era o protocolo e se havia de facto alguém responsável pelo

evento. Entretanto, falando de questões politicamente mais sérias, e olhando para a bancada do PSD, o senhor Deputado não contou quantos Deputados lá estavam mas se era suposto ser uma Assembleia Municipal, ou uma convocação, uma convocatória aos membros da Assembleia, a verdade é que a maior parte dos membros do PSD não estavam. E, portanto, juntando a triste cerimónia que se teve ainda houve um abandono da reunião por parte dos membros do PSD o que levou a pensar que o objetivo era mesmo só cumprir calendário e não dignificar corretamente a data do 25 de abril. O senhor Presidente da Assembleia sugeriu que o senhor Deputado fizesse os reparos que entendesse e apresentasse propostas mas as propostas do Partido Socialista serão oportunamente apresentadas aquando da candidatura. Mas, obviamente o 25 de abril não se comemora de forma atabalhoada, quase à porta fechada e sem o envolvimento dos órgãos Autárquicos e muito menos de cidadãos, das escolas e das diversas entidades do concelho. Mas de acordo com o senhor Deputado há aqui um problema maior, ou seja, no *e-mail* que recebeu, deu para perceber que o senhor Presidente da Assembleia nesse dia não estava num bom dia ou, pelo menos, não estava com o chapéu correto, o de Presidente da Assembleia Municipal. No *e-mail* disse que *“a Assembleia Municipal sendo predominantemente um órgão deliberativo e fiscalizador da atividade da Câmara Municipal acha-se desprovido de autonomia financeira, quadro de recursos humanos e de competências executivas, assim como não dispõe de instrumentos e ferramentas que lhe permitam dar exequoriedade em atos administrativos. Em tudo depende da vontade do órgão pelo poder executivo do Município de Vagos.”* Para o senhor Deputado isto é um sinal de fraqueza e, com todo o respeito, falta de capacidade não da parte do Presidente da Assembleia Municipal mas do órgão a que preside.. No mesmo *e-mail* disse ainda que *“quanto ao primordial direito de planejar, orçamentar, cabimentar e executar, financeira e legalmente, acho-nos, desde a génese, cerceados à vontade da Câmara Municipal, restando-nos a cómoda comenda de recomendar ao cuidado dela e do seu digníssimo Presidente.”* Para o senhor Deputado isto não é aceitável. A Assembleia Municipal não está cerceada à vontade da Câmara Municipal seja para o que for, mesmo na realização de qualquer evento. Entretanto, referiu uma questão de pormenor, atendendo a que hoje ir-se-á, aprovar o relatório de contas do Município, recordou que na primeira página do documento, no mapa de controlo da execução da despesa há uma rubrica que diz Assembleia Municipal que tinha vinte e dois mil euros de dotação prevista dos quais foram executados oito mil oitocentos e quatro euros. Este valor é para as senhas de presença mas também tem aqui uma verba de aquisição de serviços que, por acaso, ficou a zero no ano passado. Portanto, o argumento não ter verba colhe para este efeito. A situação é a seguinte: se não tem verba devia fazer por tê-la e devia colocar a questão à Assembleia Municipal caso estejam interessados em levar a cabo algumas iniciativas terão de decidir entre todos e tomar os meios, quer administrativos quer financeiros, para se poder executar o que quer que seja. O senhor Deputado não aceita que o senhor Presidente não só diga como escreva que não tem dinheiro para realizar atividades, porque o senhor é Presidente da Assembleia Municipal, quando fala representa todos os membros e, portanto, a Assembleia merece bastante mais respeito do que estar cerceada á vontade da Câmara Municipal. -----
----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu às questões que lhe foram dirigidas pelo senhor Deputado Óscar Gaspar. Assim sendo, no que diz respeito à troca de *e-mails* com o senhor

Deputado Óscar Gaspar esclareceu que o que está escrito está de acordo com a lei em vigor. Uma coisa é ter uma dotação financeira prevista no orçamento e outra coisa é ter os instrumentos adequados para a executar. A Assembleia Municipal não tem um conjunto de funcionários para poder promover os respetivos concursos. Nessa medida, na execução objetiva da rubrica que está no orçamento, a Assembleia Municipal depende da Câmara Municipal: do quadro de pessoal, do facto dos senhores políticos executivos darem instruções nesse sentido ou não. Não é o Presidente da Assembleia Municipal, nem nenhum dos membros desta Assembleia Municipal, que tem legalmente poderes para determinar o que quer seja, como por exemplo pedir a um funcionário da Autarquia para lançar um concurso. Essa função compete ao senhor Presidente da Câmara Municipal, à Câmara Municipal e aos seus Vereadores. Tudo o que está aí escrito está de acordo com a lei, nem mais nem menos. O que a Assembleia Municipal pode, e isso sim, é assumir a organização do evento e dizer à Câmara Municipal que precisamos disto e daquilo. Está dinheiro previsto para esse efeito no orçamento, façam o favor de promover os concursos e organizar de acordo com a vontade dos Membros da Assembleia Municipal. Isto é uma coisa. Quanto ao que o senhor Deputado disse num primeiro plano é óbvio que as Cerimónias do 25 de Abril podem ser diferentes, e foram em tempo de onde a onde, porque a Câmara Municipal decidiu dar a organização ao Agrupamento de Escolas de Vagos. Entretanto, houve alturas em que a Câmara Municipal decidiu organizar fora do Palácio dos Viscondes de Valdemouro, noutros sítios e noutro arranjo. Por volta de mil novecentos e noventa e quatro/noventa e cinco o Dr. Carlos Bento, Presidente da Câmara Municipal na altura, convidada pessoas, e lembrou o senhor Deputado António Monteiro, para virem falar sobre a sua vivência e experiência no 25 de Abril. Portanto, houve pontilhado, aqui e ali, alguns eventos cerimoniais do 25 de Abril que foram diferentes. A Assembleia Municipal pode sempre recomendar à Câmara Municipal a organização da solenidade em moldes diferentes. Outra coisa completamente distinta é dar-lhe execução efetiva e aí o senhor Presidente da Assembleia Municipal não encontra legalmente competência para esse efeito. Outra questão diferente é se deve aumentar-se a solenidade, ou a dignidade, das comemorações do 25 de Abril. Pode e deve-se, cada vez mais. Este nunca foi um evento da Assembleia Municipal e sim um evento do Município promovido pela Câmara Municipal juntamente, ou se preferir com a participação, da Assembleia Municipal. Participação no sentido de receber o evento e de participar no evento. Não se tratou, obviamente, de uma convocatória e sim de um convite. E é assim de há muitos anos a esta parte. Se está bem ou se está mal o senhor Presidente da Assembleia não sabe mas convocatória não foi de certeza e aos convites vem que entender vir. Realmente faltaram alguns Deputados do PSD, faltaram alguns Deputados de outros partidos noutros eventos mas o senhor Presidente não está a contabilizar quem está e quem não está porque não está no papel de estar a presidir a uma sessão, ou algo parecido, da Assembleia Municipal. Por outro lado, o senhor Presidente da Assembleia foi questionado à saída deste edifício do porquê não ter falado por último, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, a presidir a um evento na Assembleia Municipal, ao género da Assembleia da República, mas já há algum tempo, e bem, que quem representa a entidade mais alta num Município é o Presidente da Câmara Municipal em todos os atos exceto nas sessões da Assembleia Municipal. O Presidente da Assembleia Municipal foi descaracterizado, ou desvalorizado, naquilo que é a lei do protocolo que atacou até mesmo a posição do

Presidente da Câmara Municipal, mas de todo o modo o Presidente da Assembleia Municipal naquela lista imensa de setenta e tal personalidades fica mesmo nos últimos lugares. É a lei que temos. É esta a lei que existe e que se tem de cumprir e a lei foi cumprida integralmente no dia 25 de abril. Agora, o senhor Deputado poderá apresentar uma proposta e a Assembleia Municipal tem a possibilidade de discutir se quer assumir a organização, ao estilo da Assembleia da República, dar-lhe uma nova roupagem, dar-lhe ainda mais solenidade, mais importância e determinar os custos e uma organização desse género, ainda que provisionalmente. Depois, é só esperar que a Câmara Municipal execute todo o trajeto dos atos administrativos para que se contrate, se execute e se pague. As competências financeiras do Presidente da Assembleia Municipal são nenhuma, até para pagar as senhas de presença dos membros da Assembleia Municipal, incluindo as do Presidente, tem de ser p Presidente da Câmara a autorizar. Portanto, o dinheiro está lá, a dotação não é da Assembleia Municipal e sim para a Assembleia Municipal gerida pelo Presidente da Câmara Municipal e pela Câmara Municipal. O Presidente da Assembleia Municipal não tem competências de gestão nem financeiras. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar retomou a palavra e referiu que fez a sua intervenção do 25 de Abril porque o Partido Socialista entendeu que não faria sentido uma Cerimónia do 25 de Abril sem a participação do Partido Socialista. No entanto, uma das questões que o senhor Deputado havia colocado, no primeiro *e-mail*, ao Presidente da Assembleia Municipal foi dizer-lhe que ao contrário daquilo que o Presidente da Assembleia tinha dito no seu primeiro *e-mail*, que perguntava se o Senhor Deputado queria fazer uso da palavra, quem decide quem fala pelo Partido Socialista é o Partido Socialista. Posto isto, o senhor Presidente da Assembleia Municipal responde o seguinte: *“O Secretariado Local do Partido Socialista não foi chamado à coação, foi sim a sua representação em sede de Assembleia Municipal a quem cabe decidir na pessoa do seu líder parlamentar quem entende, de dentro da Assembleia, usar da palavra.”* A organização é conjunta da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, o senhor Presidente disse que esta não foi uma Assembleia Extraordinária, mas a questão é que manda uma carta ao Partido Socialista dizendo *“ou és tu ou um dos dois que estão ao teu lado.”* A leitura política que o senhor Deputado faz disto é que o senhor Presidente da Assembleia Municipal e o senhor Presidente da Câmara Municipal, desde logo, o que não quiseram é que os senhores Vereadores falassem na sessão. Isto para o senhor Deputado é muito claro. Este inciso de dentro da Assembleia Municipal tem, desde logo, essa consequência que não se percebe. Se o senhor Presidente diz que isto não é uma sessão da Assembleia Municipal então porque é que limita a representação do Partido Socialista aos membros da Assembleia? Perguntou. Porque é que não estende ao outro órgão onde o Partido Socialista também está representado? O senhor Deputado sabe que estas coisas podem acontecer mas que não são ingénuas, não foram nos outros anos e não foram este ano e, obviamente, que uma das intenções era de que algumas pessoas não falassem na Cerimónia do 25 de Abril e isso é lamentável. -----

----- O senhor presidente da Assembleia retomou a palavra e referiu que essa é a interpretação do senhor Deputado mas não corresponde à verdade. Não passou pela cabeça do senhor Presidente tal coisa, era só o que faltava, porque era-lhe “indiferente” o uso da palavra por um Vereador ou por um Deputado Municipal. O Presidente da Assembleia apenas lhe respondeu com os termos de noventa e

quatro e repetiu que se há intenção dos partidos, ou dos grupos municipais, em dar uma nova roupagem, uma nova aragem às Comemorações do 25 de Abril são soberanos e podem indicar quem bem entenderem e podem, até, convidar pessoas de fora do Município para vir usar da palavra. O senhor Presidente da Assembleia apenas deu a resposta tendo como consideração aquilo que era a organização que tinha sido definida pela Câmara Municipal desde sempre o que não quer dizer que se faça sempre assim, pode ser diferente. Mas isso cumpre aos Membros da Assembleia Municipal e ao Executivo Municipal, se assim o entenderem, alterar a dinâmica do evento. Jamais passou pela cabeça ao senhor Presidente da Assembleia Municipal cercear a palavra a quem quer que seja. Qual seria o interesse do Presidente da Assembleia Municipal ou do Presidente da Câmara cercear a palavra a um Vereador? A resposta foi dada nos termos em que tem sido organizado o evento nos últimos anos e nada mais. -----

----- De seguida usou da palavra o senhor Presidente da Câmara para esclarecer as questões colocadas pelos senhores Deputados. Apesar da questão das Comemorações do 25 de Abril não ter sido colocada ao Presidente da Câmara, e não queira meter a foice em seara alheia, este entendeu deixar a sua opinião sobre o assunto, ou seja, dar nota de que a Câmara Municipal estará sempre, nesta e noutras iniciativas, disponível para a colher aquilo que sejam os pedidos da Assembleia Municipal. Não há nenhum inconveniente em que isso aconteça e, portanto, manifestou a sua total disponibilidade. Quanto à questão do alegado interesse do Presidente da Câmara e do Presidente da Assembleia não terem interesse em que os Vereadores usassem da palavra no 25 de Abril não faz qualquer sentido. Só mais tarde teve conhecimento dessa troca de *e-mails* entre o senhor Presidente da Assembleia Municipal e o Grupo Municipal do PS mas sem ter o enquadramento todo. Este é o sistema eleitoral que temos e para o senhor Presidente também não faz sentido e considera lamentável que os senhores Vereadores estejam nesta Assembleia, aqui presentes, e não possam usar da palavra. Isto deriva do sistema eleitoral que existe e da legislação. Os vereadores só podem usar da palavra se interpolados e depois de autorizados pelo Presidente da Câmara, o que não lhe parece, de todo correto. É esta a legislação que está em vigor de momento e é esta que tem de ser cumprida, embora, pessoalmente, o senhor Presidente não concorde com ela. Esta questão já merecia uma alteração legislativa mas para isso era preciso que os representantes dos partidos chegassem a um acordo para se poder alterar o sistema eleitoral. Relativamente ao 25 de Abril este executivo já não terá oportunidade de o fazer mas, havendo outros eventos propostos pelos membros da Assembleia deverá ser feita uma proposta à Câmara Municipal que tudo fará o que estiver ao seu alcance para dar execução de acordo com o que está previamente orçamentado. Relativamente à questão da estrada em Santo André, abordada pelo senhor Deputado Jorge Pereira, esta faz parte do lote de estradas que já entraram em execução. Em algumas Freguesias já houve estradas que foram intervencionadas e brevemente passar-se-á para a Freguesia de Santo André e a estrada que referiu será uma das obras que está prevista. Quanto ao passeio, naquela zona havia a questão do PT que já está ultrapassada, aguarda-se o término das obras do Centro Social. As informações que existem é que se não deram entrada, ainda, irão dar nos próximos tempos as especialidades e depois destas estarem aprovadas estão reunidas todas as condições para se começar a obra. Depois, obviamente, terá de haver articulação com todos os arranjos exteriores e

tudo aquilo que é necessário fazer naquele espaço. Entretanto, já houve a oportunidade de fazer o recuo do muro que era propriedade da Igreja e havia algumas dificuldades em se chegar a um consenso, tendo havido deliberações nesse sentido, em sede de Assembleia Municipal. Com o recuo do muro permite fazer ali uma intervenção mais desafogada. Quanto ao senhor Deputado Fernando Vieira, a questão dos cães e à referência que fez de “chutar para canto” relativamente àquilo que tem de se fazer para resolver o problema. A questão é que desde a última sessão, onde já se falou no assunto, até à data de hoje, de certa forma, o problema agravou-se e por uma razão. A Câmara Municipal não tem Canil Municipal e é bom que se faça referência a isso. O que a Câmara Municipal tem é um espaço que salvaguarda os cães até irem para o Canil em Ílhavo, que é a entidade com que o município tem um protocolo e, ainda tem, porque Vagos foi o único Município com que Ílhavo não revogou o acordo para albergar os animais. O Município de Ílhavo é o único Município que tem Canil devidamente registado e já está sobrelotado e tinha protocolo com, além de Vagos, Aveiro, Oliveira do Bairro e Sever do Vouga. Entretanto, o Município de Ílhavo manifestou vontade de rescindir todos os seus protocolos de cooperação nesta matéria, porque o Canil está sobrelotado. O Município de Vagos entrou num processo negocial, porque a Veterinária de Ílhavo é a Veterinária da Câmara Municipal de Vagos, ou seja, os dois Municípios partilham a mesma Médica Veterinária, e é isso no fundo que salvaguarda a questão do Canil. Depois, a entrada em vigor da nova lei também não trouxe nada de bom, porque é uma lei difícil de executar e acarreta custos significativos para o Município. Na última Reunião de Câmara foi feito este enquadramento e houve um reforço ligeiro da verba que se atribuiu à Gaticão e muito em breve levar-se-á a aprovação um subsídio adicional para que esta Associação possa fazer as obras que faltam para poder legalizar o Canil junto da Direção Geral de Veterinária, que é a entidade que tutela a área. A partir daí a Câmara Municipal, ou melhor, o Gabinete Veterinário Municipal, já pode começar, em conjunto com a Gaticão, a fazer campanhas de esterilização. Este é um problema que só se resolve com a colaboração de todos, nomeadamente com as entidades que têm responsabilidades nessa matéria que lidam diariamente com essas questões, como por exemplo a Associação de Caçadores, as Juntas de Freguesia. A Câmara Municipal não tem, neste momento, capacidade para a recolha dos animais, e essa é que é a grande questão. Os serviços municipais recolhem os animais, esterilizam as fêmeas e depois se não tiverem onde as albergar tem de as libertar e elas têm de ir para algum lado, se entretanto não forem adotados. O que se tem feito é reforçar as ações de sensibilização para que as pessoas não abandonem os animais. A questão dos animais é uma questão muito difícil de resolver e, por isso, é que se anda há tanto tempo a falar nisto. A questão não é a recolha dos animais e sim onde colocá-los depois de serem recolhidos. Essa é que é a grande questão. Qualquer resposta que se dê a esta questão é de certeza cheia de boa vontade mas não é uma resposta que do ponto de vista legal resolva o problema. Existe um problema de sobredimensionamento no Canil de Ílhavo que é o único que está legalizado aqui na região. Aveiro, Oliveira do Bairro e Sever do Vouga têm um problema muito pior do que Vagos, porque eles nem sequer têm onde colocar, oficialmente, os animais. Esta é uma questão muito sensível e difícil de resolver e tanto a Câmara Municipal como as Juntas de Freguesia têm de ter algum cuidado a falar do assunto até pelas responsabilidades que lhes estão adjacentes. A lei o que diz é que esta é uma questão da responsabilidade das Autarquias Locais, Câmara Municipal e Juntas de Freguesia. Portanto,

não se deve fazer política com uma questão como esta e dizer coisas do género “*tem de morrer alguém para fazermos alguma coisa.*” O que tem de haver é algum tento nesta matéria porque a responsabilidade é de todos, incluindo a população, porque não há espaço para recolher todos os animais abandonados na rua, não há onde os albergar. A Câmara Municipal de Vagos não tem condições financeiras para construir um canil como o de Ílhavo, pois são necessários muitos milhões de euros. Na CIRA está a fazer-se o que tem de ser feito, e que já foi aqui dado conhecimento. Está a ser desenvolvido um projeto a nível da Comunidade Intermunicipal, já foi feito um estudo sobre essa matéria, para a criação de um Canil Intermunicipal. A esterilização a um animal de porte médio custa ao Município à volta de cento e cinquenta euros. Cada vez há mais animais abandonados e em altura de caça vê-se um aumento muito grande. Há caçadores que abandonam os seus animais e outros que têm em casa mais animais do que a legislação permite. E, isso é logo um problema porque com a legislação apertada que existe nessa matéria é cada vez mais difícil resolver o problema. Por isso é que se precisa da colaboração da população em geral. O que não se pode é fazer política com uma questão tão complicada. Não é assim que se resolve o problema. Agora é uma matéria que está na ordem do dia, mas o senhor Presidente já aqui fez referência ao número de animais recolhidos e vai voltar a fazê-lo. Em dois mil e doze animais recolhidos na via pública cento e vinte e cinco; animais entregues no canil cento e trinta e um; destes duzentos e cinquenta e seis oito foram restituídos ao detentor e sessenta e seis foram adotados; vacinados contra a raiva seiscentos e oitenta e sete animais; animais identificados com *microchip* duzentos e vinte e um. Foram feitas campanhas de adoção na Praia da Vagueira, em Agosto, e outras para angariação. Em dois mil e treze foram entregues, pelos detentores, cento e quatro animais; foram restituídos quarenta e quatro aos detentores; foram adotados quarenta e nove; esterilizados cinco; vacinados contra a raiva quinhentos e oito; identificados com *microchip* cento e cinquenta e um. Em dois mil e catorze foram recolhidos da via pública cento e vinte e três animais; entregues pelo detentor cento e vinte e dois; devolvidos treze; adotados setenta e sete; esterilizados dezasseis; vacinados contra a raiva quatrocentos e vinte e quatro; identificados com *microchip* cento e quarenta e dois. Em dois mil e quinze foram recolhidos na via pública cento e trinta e oito; entregues no canil cinquenta e cinco; devolvidos dezasseis; adotados sessenta e nove; vacinados contra a raiva duzentos e setenta e dois, identificados com *microchip* cento e setenta e dois. Até agosto de dois mil e dezasseis, que são os últimos dados disponíveis, foram recolhidos na via pública setenta e um animais; entregues trinta e três pelos detentores; vinte e um restituídos aos detentores; cinquenta e oito adotados; vinte e oito esterilizados; cento e quarenta e um vacinados; identificados com *microchip* cento e vinte. Estes números refletem uma ideia da dimensão deste problema. O Presidente da Câmara não está aqui para convencer ninguém e sim para dar respostas às questões colocadas. Pode é não se gostar das respostas, mas é uma questão complicada esta matéria dos animais abandonados. Relativamente às questões do senhor Deputado Juan Carlos Martins começou por associar-se às palavras ditas sobre o falecimento do senhor engenheiro António José que embora não fosse do concelho de Vagos era Administrador da Empresa Plafesa, um dos primeiros investidores a situar-se no Parque Empresarial de Soza. Em relação à estrada Rines /Sanchequias, de uma forma muito breve, porque ir-se-á falar desse assunto mais à frente no ponto cinco da ordem de trabalhos, o que aconteceu e veio aqui à Assembleia

Municipal para aprovar na altura, de acordo com a legislação em vigor, e o Orçamento do Estado, foi o empréstimo de médio e longo prazo. Este tipo de investimento, diz a lei, são identificados no respetivo contrato de empréstimo e, caso ultrapassem 10% das despesas de investimento previstas no orçamento em exercício são submetidos, independentemente da sua inclusão no plano de atividades, à discussão e aprovação da Assembleia Municipal. O que a Assembleia Municipal fez na altura foi autorizar previamente a contratação do empréstimo. Feita essa aprovação do empréstimo a Câmara Municipal iniciou todos os procedimentos necessários para execução do projeto, desde logo os levantamentos topográficos. O processo começou em novembro com a apresentação da equipa. Entretanto o projeto foi elaborado e já foi aprovado em sede de Câmara Municipal. Hoje vem aqui, no fundo, para a conclusão do processo para a obtenção do empréstimo. Seguidamente será lançado o concurso público e a última informação que há da Divisão de Planeamento e Projetos é que será feito até ao fim do mês de abril início do mês de maio. Os candidatos terão trinta dias para apresentação de propostas, e o prazo poderá ter de ser ultrapassado caso algum dos concorrentes pretenda esclarecimentos sobre o projeto e com a quantidade de mapas, medições e peças processuais é natural que surjam questões. Terminada esta etapa a Câmara Municipal terá de enviar o processo para o Tribunal de Contas para obter autorização quer para o empréstimo quer para a empreitada. Portanto, será prematuro, nesta fase, estabelecer prazos porque há aqui muitas questões que não dependem só da Câmara Municipal mas a obra começará, com certeza, ainda este ano de dois mil e dezassete. Em relação às questões levantadas pela senhora Deputada Carla Gouveia, sobre iluminação pública, os postes que estão desligados tem um autocolante preto, já foi aqui dito várias vezes, se não tiver o autocolante é porque está avariado e como não existe ainda telegestão das luminárias terão de ser as pessoas a chamar à atenção, ou para a Câmara Municipal ou diretamente para a EDP. Quanto ao arranjo do Parque Infantil a Câmara Municipal têm reparado alguns, porque estas infraestruturas têm sido alvo de fiscalizações sucessivas. As reparações deste tipo de infraestruturas são muito caras e nem sempre são bem cuidadas. Por vezes as questões de cidadania não são respeitadas e há muitas pessoas que não demonstram qualquer tipo de responsabilidade em relação ao tratamento do património público que é de todos sendo na maior parte das vezes vandalizado, que é o que ainda custa mais. A mesma coisa se passa relativamente aos RSU's e aos Ecopontos. A informação dada pela Sociedade Ponto Verde à senhora Deputada foi a correta. A Câmara Municipal tem tentado por diversas vezes que sejam colocados mais Ecopontos mas é muito complicado. No ano passado nem sequer se conseguiu que substituíssem os Ecopontos que se encontravam danificados na Praia da Vagueira e para resolver a situação teve a Câmara Municipal de ir buscar alguns que se encontravam em melhores condições e colocar lá. Não há Ecopontos para substituir e isso é uma preocupação, porque o concelho precisa, realmente, de mais Ecopontos. Mas este é também um daqueles problemas de cidadania, ou seja, mesmo que houvesse um Ecoponto à porta de cada habitante nunca se resolveria a questão do lixo no chão e mal distribuído porque a falta de cidadania e formação cívica são um entrave a que isso aconteça. Tem sido feito algum trabalho de sensibilização, nomeadamente a nível das escolas, mas tem de se dar algum tempo até se verem resultados. Como se sabe em questão de reciclagem as crianças são, na maior parte das vezes, os grandes incentivadores, começa desde cedo na criação de boas práticas de educação ambiental. Por

várias vezes o senhor Deputado António Bastião sugeriu aqui a criação de lugares para os contentores do lixo mas esta também não é uma questão que se resolva de um dia para o outro. É uma questão que requer algum tempo, algum investimento e, portanto, antes de se avançar terá de haver uma grande coordenação de vários meios para ficar um trabalho bem feito. Quanto há questão do volume de trabalhos nas Freguesias, observação feita pelo senhor Deputado Óscar Pascoal, o senhor Presidente não percebeu onde quis chegar. A Freguesia que neste momento tem mais volume de investimento a decorrer é Soza, com duas obras, e nem sequer é da cor política do Presidente da Câmara. As obras de saneamento a decorrer implicam um investimento dois milhões de euros. Nas Freguesias estão a decorrer alguns trabalhos em colaboração com a Câmara Municipal. Em alguns casos a Câmara Municipal cede o material e a Junta de Freguesia cede a mão-de-obra e desta forma tem sido feito muito trabalho e é bom que assim continue. Esta cooperação entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia é uma forma de fazer rentabilizar os recursos, quer financeiros quer humanos, e de haver mais possibilidades de se fazerem mais intervenções, nomeadamente nas águas pluviais, passeios e colocação de lancil. Em relação aos futuros Armazéns Municipais em Santo André o projeto está concluído, irá brevemente a Reunião de Câmara para ser aprovado para que se possa passar à adjudicação da empreitada. Terá de ser aprovado em Reunião de Câmara atendendo ao volume de investimento. Assim sendo, terão reunidas condições de no mês de maio/junho se lançar o procedimento para a construção dos Armazéns Municipais. Quanto às obras no lugar do antigo Centro de Saúde este processo/projeto foi a Reunião de Câmara para consulta e não para aprovação porque o volume de investimento não o exigisse. O projeto não refere nada disso que o senhor Deputado António Bastião disse aqui. O que se prevê criar ali é um jardim à cota alta, mas a primeira necessidade era a de demolir o edifício por questões de saúde pública e também de avançar urgentemente com parte dessa componente para se poder recorrer ao Acelerador, um fundo de investimento nas áreas de regeneração urbana importante. Essa intervenção foi logo feita até uma determinada altura. Entretanto, os trabalhos têm estado parados, a empreitada tem estado suspensa, porque o local, neste momento, não reúne condições de trabalho, é muito barrento e dificulta muito as obras. Mas logo que comesse em três ou quatro semanas estará concluída. Houve uma clara intenção de se executar esta parte da obra para se poder ir buscar mais cento e oitenta mil euros de financiamento, que eram 10% de todo o valor que estava previsto para a regeneração urbana, que era o objetivo principal e daí a urgência. No fundo fez-se uma intervenção por um custo aproximado de cento e quarenta mil euros e ainda se consegue ir buscar mais cento e oitenta mil euros. Esta foi, também, a principal intenção de se antecipar toda a intervenção na Avenida Dr. Lúcio Vidal. -----

----- Sobre a atividade desenvolvida pelos membros da Assembleia Municipal na CPCJ cabe ao senhor presidente da Assembleia Municipal esclarecer. Assim sendo, esclareceu o senhor presidente de que se os membros da Assembleia Municipal estiverem interessados em conhecer a atividade desenvolvida pelos seus representantes terá de ser a Assembleia Municipal a fazê-lo junto do senhor Presidente da CPCJ, porque com certeza a Câmara Municipal não saberá responder. Portanto, o Presidente da Assembleia Municipal irá solicitar, por escrito, ao Presidente da CPCJ informação sobre a atividade desenvolvida pelos representantes da Assembleia Municipal naquela entidade. -----

----- O senhor Deputado Fernando Vieira pediu para voltar a usar da palavra e referiu que esta não é nenhuma questão política, porque é efetivamente uma preocupação geral. Os cães de caça são para os caçadores um companheiro, um amigo e, portanto, os cães que andam pelas ruas dificilmente pertencerão a caçadores. Quanto ao número de cães é verdade que a lei diz se pode ter numa zona urbana três cães, ou mais, se as condições o permitirem. No caso do senhor Deputado, que também é caçador, já lá foi chamada a polícia para verificar as condições. Os números que o senhor Presidente referiu foram, com certeza, retirados de uma síntese dos elementos que têm disponíveis mas o senhor Deputado não concorda com eles. E não concorda porque, e esta não é só uma preocupação da Câmara Municipal, nestes números que referiu de vacinação antirrábica e *microchips* a maior parte são colocados nos cães com proprietários e não nos cães abandonados. Entretanto, deu um exemplo de um caso que se passou há poucos dias na Câmara Municipal. Houve cães que atacaram pessoas, ou pelo menos atentaram contra a integridade física de pessoas e foi chamada à GNR. A GNR de Vagos conseguiu apanhar dois desses cães e não sabia o que lhe havia de fazer e dirigiram-se ao Canil Municipal, ou aquilo que se considera um Canil Municipal mas que não é, que neste momento está lotado com catorze cães, mais uma ninhada que tinha acabado de nascer. Entretanto, não se sabe se foi solicitado ou oferecido apoio, mas os cães que não tinham onde ficar retidos acabaram por ir parar a umas instalações dos Bombeiros que se ofereceram para guardar os cães até novos resultados. Os cães no dia a seguir já lá não estavam, tinham fugido. Portanto, a Câmara Municipal se calhar anda sempre a apanhar os mesmos cães. Não se podem abater, não são adotados. Esta história não é inventada, isto passou-se há poucos dias em Vagos. O que o senhor Deputado diz é que se continua a não ter meios mas tem de se tentar resolver o problema, porque é efetivamente um problema e não só uma preocupação. O senhor Deputado já se prontificou para ajudar de alguma maneira, com canil licenciado ou por licenciar, como quiserem, mas tem é de se resolver esse problema e não se viu vontade por parte do senhor Presidente para avançar com uma solução. -----

----- A senhora Deputada Carla Gouveia pediu para usar da palavra e disse que ficaria mal consigo mesmas se não tomasse a palavra para falar sobre este tema. Este é um assunto muito sensível e o senhor Presidente já lhe deu as respostas todas às questões que fez e até acolheu algumas propostas que a determinada altura apresentou, e que até ficaram em ata. O reforço da verba à Gaticão é uma boa medida, porque as instalações merecem, de facto, ser melhoradas, até por uma questão sanitária. As campanhas de esterilização, o reforço de ações de sensibilização e até de cooperação com as Juntas de Freguesia e com as Associações de Caçadores, são boas notícias e a senhora Deputada ficou muito feliz em ouvir isso. Mas, a questão dos animais é muito sensível e tem ganho uma proporção imensa, por isso é que as declarações do Engº Ribau Esteves foram tão polémicas. A questão é que todos falam muito dos custos com a esterilização dos animais mas ninguém fala do quanto custa abater um animal. Por exemplo, quando as pessoas vão com o seu animal de estimação a um gabinete veterinário colocar o *microship*, vacinar, esterilizar e depois tratar das licenças nas Juntas de Freguesias não fica muito barato. Devia existir uma comparticipação para ajuda, porque há famílias que devido ao valor elevado, por exemplo, da esterilização não o fazem porque é mais um peso no orçamento familiar. Muitas das vezes quando um animal fica doente abandoná-lo é logo a solução mais viável para as pessoas. E isto

não pode acontecer, tem de se arranjar forma de evitar que abandonem os animais. Têm de ser criadas condições. Por exemplo, não devem só esterilizar as cadelas, devem também capar os cães, porque senão estes fogem e vão encher outras cadelas. -----

----- O senhor presidente da Câmara retomou a palavra e disse ao senhor Presidente da Junta que depois não quer que se diga que está a politizar esta questão dos cães. Faz uma pergunta como se fosse, agora, o maior defensor da saúde pública. E diz que tem de morrer alguém para a Câmara Municipal fazer alguma coisa. O senhor Deputado tem de ter tento e muita calma porque esta questão tem de ser tratada com toda a seriedade. Obviamente, que a Câmara Municipal não pode estar disponível quando se sugere fazer um canil sem licença. Estas coisas nunca poderiam ser ditas em plena sessão de uma Assembleia Municipal, e o senhor Deputado devia ter algum cuidado com as declarações que faz. Como é evidente, tanto a Câmara Municipal como a Junta de Freguesia, como entidades públicas que são, não podem proferir tais declarações em público e sim serem os primeiros a zelar pela legalidade coisas. Esta questão tem de ser tratada com os preceitos legais. Já aqui foi dito por diversas vezes que estão a ser tomadas medidas e que, por exemplo, no projeto dos novos Armazéns Municipais está previsto aumentar a capacidade deste posto de recolha que não é, e repetiu, um Canil Municipal, o Canil Municipal é o de Ílhavo. O senhor Deputado defende os caçadores mas não é o único, porque se bem se lembra tanto o Clube de Caçadores de Vagos como o Clube de Caçadores de Soza têm uma delegação de competências que foi dada pela Assembleia Municipal, na altura em que o atual Presidente de Câmara era Membro da Assembleia Municipal, e até à data não foi revogada pelo Presidente de Câmara. Portanto, o senhor Deputado não estima mais os caçadores que o Presidente. Agora, vir para aqui dizer que o cão é o melhor amigo do caçador não é a questão. A questão é, como referiu a senhora Deputada Carla Gouveia e muito bem, quando animal está doente e é abandonado. Este é um problema de difícil resolução e, por isso, o senhor Presidente apela a que todos para que colaborem nesta matéria. A Câmara está a colaborar com a Gaticão no sentido de serem legalizadas as instalações e não é só uma questão da localização e sim a de dar melhores condições aos animais. A Câmara Municipal já investiu muitos milhares de euros na Gaticão desde que está instalada naquele sítio. O espaço estava previsto para cem animais e, neste momento, têm duzentos e cinquenta. Os números que o senhor Presidente aqui referiu são números reais e o senhor Deputado está a insinuar que é inventado, ou que não corresponde à realidade, mas quanto a esta questão está de consciência tranquila, porque a Câmara Municipal tem feito de tudo para resolver os problemas que vão surgindo da melhor maneira. A Câmara Municipal tem uma excelente Veterinária Municipal, que tem trabalhado muito bem esta matéria, tem trabalhado e continuará a trabalhar no âmbito intermunicipal, como já aqui foi dito, na questão do Centro de Recolha de Animais, quer garantir a permanência do protocolo que tem com Ílhavo para poder continuar a ter um Canil, embora não seja no concelho de Vagos mas que serve o concelho de Vagos, nos novos Armazéns Municipais vai aumentar a capacidade do posto de recolha, está a trabalhar com a Gaticão no sentido de melhorar as condições daquele espaço. Portanto, melhor não se consegue fazer porque, neste momento, não há capacidade para recolher todos os animais abandonados e não vale a pena dizer-se o contrário. O senhor Presidente irá apurar se a história que o senhor Deputado aqui contou é verdade ou mentira, porque não teve conhecimento. Mas quando os

animais são identificados como perigosos a primeira situação a ter em conta é o abate. Portanto, é muito estranho que tenham sido apanhados dois animais perigosíssimos, como referiu, e tenham sido alojados á guarda de alguém que os deixou escapar. O que a lei diz, e nessa matéria não houve alteração, é que se o animal for perigoso, apresentar riscos para a população, deve ser abatido. O senhor Presidente irá averiguar o que se passou, porque não teve conhecimento desta situação. -----

----- Seguidamente o senhor Presidente da Mesa deu início ao período da ordem de trabalhos. -----

----- **E – Período da ordem de trabalhos:** -----

----- **PONTO UM – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NO PERÍODO DE 04 DE FEVEREIRO A 20 DE ABRIL DE 2017 NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- O documento com a informação relativa a este ponto foi enviado antecipadamente aos senhores Deputados. -----

----- Pede para usar da palavra o senhor Deputado Óscar Gaspar para colocar uma questão ao senhor Presidente da Câmara. Na página onze, desta informação, faz-se referência ao PAEL e diz que de acordo com o artigoº 154 da Lei do Orçamento de Estado a aplicação do plano fica suspensa. Para o senhor Deputado, nesta fase, a única consequência é que deixou de haver informação à Assembleia Municipal sobre uma série de indicadores económico-financeiros que não se tinha de outra forma. O senhor Deputado perguntou se haveria outras consequências. Por outro lado, e como é sabido, não sendo um adepto da austeridade tem de se reconhecer, e falando aqui na realidade local, que quando os Municípios recorreram a este tipo de empréstimos era como reconhecimento que a situação financeira não era a adequada e que tinham que levar a cabo medidas para alguma correção, fosse pelo lado da receita fosse pelo lado da despesa. A pergunta que se coloca nesta fase é se as contas estão equilibradas, se ainda assim alguns aspetos previstos no PAEL ou alguns compromissos que a Câmara tinha se mantêm válidos e se são para continuar a manter e se mantêm a linha de algum equilíbrio das finanças da Câmara Municipal. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e antes de esclarecer as questões levantadas pelo senhor Deputado Óscar Gaspar quis dar nota da sua viagem ao Vaticano. Esta semana fez uma visita ao Vaticano, integrado numa comitiva da Rota da Bairrada que fez um espumante comemorativo dos cem anos das Aparições de Fátima, uma série limitada de mil novecentos e dezassete garrafas. Entretanto, foi feito um pedido ao Vaticano, através de Fátima, para saber da possibilidade de se levar em mãos uma garrafa ao Santo Padre. Na altura esta possibilidade foi vista com alguma dificuldade pelo Santuário de Fátima mas, curiosamente, conseguiu-se e ontem a comitiva, que o senhor Presidente integrava, esteve no Vaticano. O senhor Presidente ofereceu ao Santo Padre uma imagem da Nossa Senhora de Vagos. De seguida a comitiva foi almoçar à embaixada portuguesa junto do Vaticano e o senhor Presidente foi confrontado com uma situação, muito interessante e muito positiva para o Município de Vagos, é que o senhor Embaixador português junto da Santa Sé é uma pessoa que teve e fez parte da sua vivência no concelho de Vagos. Este senhor é o Doutor António de Almeida Ribeiro, filho do, também, Doutor António Almeida Ribeiro e sobrinho do senhor Ângelo de

Almeida Ribeiro. Entretanto, após ter deixado esta nota, porque não consta da informação escrita, uma vez que a viagem ainda não tinha ocorrido, respondeu à questão do senhor Deputado. O que o Orçamento de Estado determina é que a execução do Plano de Ajustamento seja suspensa cumprindo algumas obrigações, nomeadamente questões ligadas aos pagamentos em atraso. Portanto, naquilo que ao Presidente da Câmara diz respeito a lei é para ser cumprida e as regras que estão e foram delineadas nesse plano de ajustamento são para manter, até porque suspensão não significa fim. Há uma outra maneira que o Município deverá considerar, mas obviamente não será neste mandato, mas será com certeza uma recomendação para o futuro, e que é pedir um empréstimo à Banca, previsto no Orçamento de Estado, em substituição deste PAEL, que é neste momento o empréstimo mais caro que o Município de Vagos tem. O Município de Vagos tem capacidade junto da banca de obter um empréstimo com melhor taxa de financiamento. Portanto, fará todo o sentido substituir este empréstimo e com isso terminar de forma clara com o Plano de Ajustamento. Até lá, e mandam as regras da boa gestão, dever-se-á dar continuidade àquilo que eram as linhas de estratégias do Plano de Ajustamento porque, algum descontrolo, alguma coisa que possa correr menos bem, poderá encaminhar novamente o Município para a obrigatoriedade de cumprimento do Plano de Ajustamento e nesse caso ter-se-á de ter as condições que estavam previstas. Não existe essa obrigatoriedade mas não se vê com nenhuma dificuldade que o Município possa, eventualmente, de modo informal, porque não é obrigado, a dar essa informação, porque o que se tem feito é ter como matriz orientadora o Plano Ajustamento aprovado em dois mil o doze e que tem sido cumprido dentro daquelas metas., continuando a surgir na informação financeira na prestação de contas. -----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Mesa submeteu a apreciação o ponto dois da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO DOIS: ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO AO PDM – PARA CONHECIMENTO;** -----

----- Não houve qualquer intervenção, uma vez que o assunto em causa era só para conhecimento. -----

----- Não havendo mais intervenções o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a discussão e aprovação o ponto três da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 02 de fevereiro de 2017. -----

----- **PONTO TRÊS: REGIME EXTRAORDINÁRIO DE REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS (DL Nº165/2014 DE 5 NOVEMBRO) – PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL – HELITENE - INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, LDA;** -----

----- Apresentou o ponto a senhora Vereadora Sara Caladé e referiu que agora já terão sido enviados todos os documentos. À semelhança das outras situações que já aqui vieram, e ao abrigo do Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas, este pedido de Reconhecimento de Interesse Público da empresa Helitene deve-se ao facto de a empresa ter uma parte licenciada, que não está aqui em causa, e uma ampliação que não se encontra licenciada. A pretensão da empresa, por questões de viabilidade, é legalizar esta ampliação. -----

----- De seguida usou da palavra o senhor Deputado César Grave e referiu que esta unidade fabril se encontra em falta com uma licença respeitante a uma ampliação feita em solo rural na categoria de espaços lúdicas florestais afetos à produção e parcialmente em espaços agrícolas. Todo o terreno

encontra-se abrangido pela Utilidade Pública e Reserva Ecológica Nacional, uma área máxima de infiltração. A parte do terreno, inserida em espaços agrícolas encontra-se também abrangida pela distinção Utilidade Pública da Reserva Agrícola Nacional. As ocupações deste espaço ficam submetidas aos regimes jurídicos e aos respetivos pareceres das entidades competentes. Esta empresa em Vagos não tem nenhum colaborador. Esses vinte e dois trabalhadores que referem a documentação estão na unidade de Albergaria-A-Velha. Desta forma, a informação não está correta e vem aqui para ser aprovado o Interesse Público Municipal mas onde é que ele está? Perguntou. Já foi explorada a possibilidade de montar esta empresa na Zona Industrial de Vagos? Estar-se-á a licenciar algo para vender? As instalações, neste momento, estão alugadas por isso, qual é o interesse, para os vaguenses, no licenciamento desta indústria naquele espaço? -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor Deputado Óscar Gaspar e referiu que vai repetir, por outras palavras, aquilo que acabou de ser aqui ser dito e muito bem dito. Ao contrário do que a senhora Vereadora disse este não é um caso igual aos outros que por aqui passaram e que foram apreciados, desde logo porque esta empresa não tem atividade em Vagos. Tanto quanto se percebeu na última Assembleia Municipal não há aqui nenhum dado novo. Os elementos que enviaram dão a entender que entretanto a empresa tinha sido reativada-. Portanto, quando se diz aqui no parecer que de acordo com o descrito seriam elevados os custos com a deslocalização da empresa para outro local ao que se sabe essa deslocalização já existiu. Assim sendo, não havendo criação de postos de trabalho nem sequer a manutenção de postos de trabalho, não havendo nenhum compromisso mais firme, de facto, a ideia que fica é que o Reconhecimento de Interesse Público tem como único efeito a valorização do terreno. Portanto, estar-se-á aqui a criar valor, diga-se, artificial no terreno. Esta é a única consequência que o senhor Deputado vê. E, seguindo a sugestão do senhor Deputado do CDS-PP, o melhor seria, porventura, que fosse para um local adequado para o efeito que seria a zona industrial. -----

----- Entretanto, retomou a palavra a senhora Vereadora Sara Caladé e esclareceu que neste processo há um aspeto a ter em conta, ou seja, parte daquela instalação está licenciada e, portanto, aquela construção maior está licenciada. Aquele solo nunca será recuperado, que está classificado mas foi antes dessas Reservas todas. O que acontece é que se devia ter em conta o que é que é de interesse para o Município, se é ter uma instalação que está lá e que não se pode fazer nada com ela, porque não se consegue ter viabilidade, atendendo à dimensão do Pavilhão que está licenciado. Para ter viabilidade é preciso mais área, e fica um pavilhão abandonado porque com isso está licenciado e não é possível fazer nada. A tentar viabilizar aquela construção, ao abrigo deste Regime Extraordinário, vai permitir ter ali alguma atividade num edifício não abandonado. A Câmara Municipal verificou a instrução do pedido de acordo com um regime extraordinário, o Interesse Público Municipal, ou não, é declarado pela Assembleia Municipal. Aquilo que a Câmara Municipal faz, e que os técnicos fazem, é a apreciação do pedido, isto é, se cumpre ou não com os elementos necessários para a instrução e se pode ser submetido a deliberação do Interesse Público Municipal. -----

----- De seguida usou da palavra o senhor Deputado Juan Carlos Martins e referiu que sobre este ponto considera legítimo aquilo que o senhor Deputado Óscar Gaspar disse mas não cabe aos Deputados estarem a fazer suposições daquilo que o empresário pretende para aquele espaço. Ele apresenta aqui

o pedido, argumentado, e não cabe à Assembleia Municipal estar a dizer que o proprietário o que quer é valorizar o terreno porque o que pretende é, depois, vendê-lo. O que é certo é que ele tem aqui as intenções. A questão é o que é que esta Assembleia Municipal pretende, ou seja, pretende ter uma construção que vai lá estar sempre, que tem mil e seiscentos metros quadrados ou se deve pedir para demolir aquela parte que está construída mas por licenciar? Deve ser concedida a autorização e ficar com um espaço de três mil e qualquer coisa metros quadrados, e que será aproveitado com certeza para uma atividade empresarial. Portanto, o senhor Deputado considera que, no seguimento daquilo que tem vindo a ser feito nesta Assembleia Municipal, é do interesse do município manifestar o Interesse Público Municipal para licenciar esta obra e não ficar ali devoluta e não servir para nada. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e referiu que tanto a Vereadora Sara como o senhor Deputado Juan Carlos disseram tudo o que havia para dizer sobre este assunto. Agora, há que decidir e a Assembleia Municipal que tome essa decisão. O senhor Deputado César fez referência a uma série de diplomas legais, mas muitos deles entraram em vigor depois da edificação lá estar e, por isso, surgiu esta questão do regime de regularização. E, portanto, a Assembleia Municipal tem que tomar uma decisão no sentido do que é que vale a pena manter, aquilo que lá está como está, numa situação de ilegalidade e de inoperacionalidade, ou se deve, eventualmente, dar alguma operacionalidade àquele espaço. Na Câmara Municipal o processo foi aprovado com uma abstenção. Agora, cabe à Assembleia Municipal tomar essa decisão e depois à Câmara Municipal caberá cumprir com essa decisão. O que se quer é aquilo que lá está e a funcionar ou quer-se aquilo que lá está e que nunca funcionará? A decisão é dos senhores Deputados. Para a Câmara Municipal aquele seria um espaço que eventualmente poderia ter ali alguma dinâmica industrial, embora não seja no sítio ideal e preferencial mas não haverá de ser por isso que não se irá permitir o desenvolvimento daquela atividade. Este Regime de Regularização Extraordinário vem, precisamente, para regularizar este tipo de situações e, portanto, é uma dessas situações que aqui vem hoje para a Assembleia Municipal decidir. -----

----- O senhor Presidente da Mesa esclareceu que o que está aqui em causa é o reconhecimento do Interesse Público Municipal da continuidade da instalação e da legalização da parte não licenciada, a ampliação. Contudo, falta aqui a fundamentação, ou seja, a Assembleia Municipal não pode aprovar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal sem haver uma proposta e ela não existe nem na informação nem no despacho. Assim sendo, a Assembleia Municipal fica cerceada na deliberação porque não tem o fundamento. É porque mantêm os postos de trabalho? É porque vai criar mais postos de trabalho? É porque vai investir não sei quantos milhares de euros? É porque vai apostar numa indústria? Alguma coisa tem de ser mas não é apresentado aqui e, portanto, a Assembleia Municipal não reúne todas as condições para poder reconhecer o Interesse Público Municipal. Continua a faltar a fundamentação. -----

----- A senhora Vereadora Sara retomou a palavra e esclareceu que o diploma o que diz é que a Assembleia Municipal reconheça ou não o Interesse Público Municipal com base no pedido que é feito, ou seja, não é uma questão técnica. Atendendo à memória descritiva e atendendo ao pedido que é feito cabe à Assembleia Municipal reconhecer que aquele investimento, que aquela indústria que aquela

atividade tem ou não Interesse Público Municipal. Esta não é uma questão técnica, nem de planeamento e nem de Urbanismo. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal retomou a palavra e referiu que o que foi dito pela senhora Vereadora já havia sido percebido por todos. Aquilo que se pretende é saber qual é o fundamento que a Assembleia Municipal vai ter em conta quando deliberar Reconhecer o Interesse Público Municipal. A Assembleia Municipal tem de deliberar com base naquilo que foi declarado. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e referiu que mais do que isto não há. A informação refere essas questões todas que o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou e, portanto, cabe à Assembleia Municipal determinar se aquilo tem Interesse Público Municipal ou não. A Câmara Municipal agiu em conformidade, ou seja, o empresário fez um pedido, justificou, a informação técnica está nos termos e de acordo com a informação e remeteu à Assembleia Municipal para deliberar sobre esta matéria. Em sede de Câmara Municipal este assunto foi aprovado só com uma abstenção, da senhora Vereadora Ana Maria Vasconcelos, e nem sequer foi objeto de discussão. Este processo está instruído como todos os outros que já vieram à Assembleia Municipal para lhes ser reconhecido o Interesse Público Municipal. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que esta é uma questão, também, processual, como o senhor Presidente acabou de invocar o que tinha acontecido na Câmara. Mas a senhora Vereadora e o senhor Presidente também disseram há pouco que a Câmara não teve de apreciar o mesmo que a Assembleia Municipal. A Câmara teve que apreciar, supostamente, o requerimento e se cumpria os critérios. O que acontece é que se está aqui perante uma situação difícil, ou seja, a Câmara Municipal diz e repete que acautelaram que o processo está legalmente foi bem instruído. Depois, aquilo que se ouviu por parte do PSD é que não se está aqui a fazer nenhum juízo de valor. Aquilo que foi dito na sessão anterior foi que nestes termos, e repete-se agora nestes termos, se se vai agora aprovar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal ter-se-á de aprovar todos os outros independentemente de quais sejam, desde que cumpram os tais requisitos do requerimento não há forma de se assumir aqui uma apreciação. E, portanto, fica aqui em causa aquilo que se está aqui a fazer, sobre o que é que se está a apreciar. A dúvida que o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou, do ponto de vista do senhor Deputado, está corretíssima, porque de facto falta aqui fundamento para tomar uma decisão. -----

----- O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra e referiu que essa questão da remissão para a Reunião de Câmara, essa discussão, fê-lo tal como a tantas outras, porque a Câmara também não aprova determinados documentos que remete para a Assembleia Municipal. A Assembleia Municipal é soberana, por exemplo, na aprovação dos orçamentos ou das prestações de contas. A remissão para a Reunião de Câmara foi precisamente para dizer que essa discussão não foi colocada em Reunião de Câmara. A Câmara Municipal instruiu este processo tal com instruiu os outros e, depois, cabe à Assembleia Municipal apreciar o fundamento, o Interesse Público daquele investimento. Entretanto, lembrou que na última sessão da Assembleia Municipal só não se discutiu logo este assunto porque, por lapso, não foi enviada toda a documentação e o senhor Presidente da Câmara propôs que se retirasse o assunto. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar esclareceu que o ponto antes de ser retirado da ordem de trabalhos foi preliminarmente discutido e houve da parte dos diversos grupos municipais a colocação de umas certas reservas nos termos em que a informação havia chegado aos membros da Assembleia Municipal. O que se está agora aqui a dizer, pelo menos da parte do grupo municipal do PS, é que esta informação adicional não colmata aquilo que se entendiam ser as lacunas no processo inicial. -----

----- O senhor Presidente da Câmara retomou a palavra e referiu que a questão é que a informação que foi enviada não é nenhuma informação adicional e sim a informação que devia ter sido enviada desde o início e que fazia parte da instrução mas que por lapso não seguiu. Este documento foi o mesmo que esteve na Reunião de Câmara e que foi discutido, mas objetivamente nem é lá que tem de ser discutido o seu conteúdo, e remetido à Assembleia Municipal. O senhor Presidente só sugeriu a retirada do ponto da ordem de trabalhos da sessão de fevereiro porque os senhores Deputados não tinham a informação toda. A documentação que foi enviada para esta sessão é a mesma que devia ter sido enviada para a outra mas não foi, não se acrescentou mais nada ao processo. Portanto, o que se pretende é que se faça aqui como em outros casos que já cá vieram, sendo que a Assembleia Municipal tem esse poder discricionário de decidir se este projeto é de Interesse Público Municipal ou não. -----

----- O senhor Deputado César Grave voltou a usar da palavra e referiu que o grupo municipal do CDS continua com a mesma indecisão e prevalecem as observações do senhor Presidente da Assembleia Municipal. Esta estrutura, esta edificação, pode ser licenciada para outro tipo de atividade que não a indústria e, portanto, esse assunto poderá ficar em cima da mesa também para os proprietários. -----

----- A senhora Vereadora Sara esclareceu que inicialmente o pavilhão de mil e seiscentos metros quadrados foi licenciado para indústria, portanto isso não se pode voltar atrás e foi antes de existirem lá as servidões. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal dirigiu-se ao senhor Presidente da câmara e referiu que iria tentar explicar-se de uma vez por todas. No que toca ao existente não licenciado é óbvio que a Assembleia Municipal pode Reconhecer o Interesse Público Municipal. O Interesse Público Municipal reconhecendo a continuação da empresa. Relativamente à segunda parte do pedido, a ampliação da empresa não diz em lado nenhum que esta ampliação é imprescindível à continuação da atividade da empresa no concelho de Vagos, representa um investimento de milhares de euros e a criação de um determinado número de postos de trabalho. Não há, pelo menos exposto nos documentos, nem na informação técnica, nem na deliberação da Câmara Municipal, nem em lado nenhum, algo que fundamente aquilo que a Assembleia Municipal vai deliberar, de Reconhecer o Interesse Público Municipal. Tudo são coisas distintas. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a usar da palavra e referiu que aquilo que o senhor Presidente da Mesa disse agora é diferente do que havia dito há pouco. Não cumpre à Câmara Municipal sugerir o que quer que seja. A Assembleia Municipal tem em mãos três situações diferentes. Há um pavilhão, de forma muito clara, que está licenciado para indústria, com mil e seiscentos metros quadrados, e está licenciado há muito tempo. Há um segundo pavilhão, que é uma ampliação do existente, com cerca de mil e tal metros quadrados, que não está licenciado. Entretanto, a empresa ainda vem pedir uma terceira coisa que é ampliar mais do que esta ampliação que não está legalizada.

Para ser claro, mas obviamente essa é uma decisão da Assembleia Municipal que não pode ter uma sugestão, não há uma proposta da deliberação da Câmara Municipal, sobre o que está licenciado não há nada a fazer, sobre o que está construído pouco há a fazer e sobre o facto de eles querem fazer mais essa é que é a grande decisão da Assembleia Municipal. Portanto, só pode ser a Assembleia Municipal a decidir duas coisas diferentes: Legalizar tudo o que está construído e declarar o Interesse Público Municipal para a legalização dos restantes metros quadrados que já estão construídos e não permitir à empresa a ampliação. Estão licenciados mil e seiscentos metros quadrados, construídos mais quinhentos metros quadrados e a empresa quer construir mais quinhentos. Esta é que terá de ser a decisão da Assembleia Municipal. Mas entenda-se que não pode haver nenhuma proposta da Câmara Municipal num sentido. À Câmara Municipal cabe a instrução do processo e a decisão cabe À Assembleia Municipal. -----

----- O senhor Deputado César Grave voltou a usar da palavra para dizer que se o primeiro Pavilhão está licenciado, a empresa não exerce nenhuma atividade em Vagos, não tem lá nenhum funcionário, esse pavilhão está alugado, não há atividade nenhuma desta empresa nesta estrutura. Assim sendo, o que é que se está aqui a discutir? Perguntou. O senhor Deputado sabe o que está a dizer, porque ele próprio foi ver. -----

----- A senhora Vereadora Sara esclareceu que eles têm uma autorização de construção para o pavilhão inicial e que foi cumprida e logo na altura, e isto foi em mil novecentos e oitenta e qualquer coisa, não foi pedida autorização de utilização correspondente a essa construção licenciada. Posteriormente, fizeram a ampliação que já não conseguiram legalizar. Quando vieram fazer o pedido de autorização de utilização mais tarde, porque só mais tarde é que precisavam dela, a Câmara Municipal não emite uma autorização de utilização do edifício porque sabe já ter havido obras de ampliação que não estavam licenciadas. Portanto, a empresa não consegue ter uma atividade licenciada enquanto não tiverem a autorização de utilização. A questão é que a construção teve um alvará de construção e essa não pode ser posta em causa. O que está em causa é a ampliação que não está licenciada. Se a Assembleia Municipal entender que a construção não deve ser usada então é demolida a parte que não está licenciada e a seguir a Câmara Municipal já pode dar-lhe a autorização de utilização. Depois, resta é a dúvida de se essa hipótese é rentável ou não. A Autorização de utilização é conformidade do projeto da obra executada com o projeto aprovado, e se a empresa teve um projeto aprovado para aquele fim as leis que vieram depois não podem pôr em causa construções e autorizações anteriores e a autorização de utilização pode ser pedida a todo o tempo, não podem é usar, e reporta-se à data da construção. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal continua a pensar que a informação devia ter mais qualquer coisa, mas como não tem, e já que não tem vai ler, e talvez trazer luz a isto. *“Em face desta situação, e como não era viável a empresa continuar a laborar em tais condições, ou seja, num edifício pequeno e parcialmente não licenciado, as quais não permitem a sustentabilidade da empresa e, conseqüentemente, coloca em risco a sua sobrevivência, e porque não era viável continuar a não respeitar os instrumentos de gestão territorial em vigor não obstante de termos tentado todos os meios ao nosso alcance, fomos obrigados a partir do primeiro trimestre de dois mil e dezasseis a alugar instalações na Zona Industrial de Albergaria.”* Portanto, não há falsidade nenhuma foram eles que saíram

de lá. O senhor Deputado tem de ter mais calma, não há falsidade. O senhor Presidente está a ler a memória descritiva da Helitene. Continuando. “ ... e transferir, provisoriamente, os equipamentos e a atividade empresarial, incluindo os trabalhadores, até se concluir o processo de licenciamento e a autorização de ampliação, conforme processo ora apresentado e pedido formulado.” Portanto, os senhores da Helitene aproveitam a parte a regularização extraordinária do que não está licenciado, mas está construído, e pedem para ser também para uma ampliação para que possam, pelo que aqui é dito, de forma definitiva ter uma instalação industrial que lhes permita desenvolver bem e de forma sustentável a sua atividade industrial. A Assembleia Municipal Reconhece o Interesse Público Municipal, eles fazem e regressam. A Assembleia Municipal não Reconhece o Interesse Público Municipal, eles não fazem nem regressam. Estas são as duas únicas hipóteses neste caso. No entanto, verifica-se que a ampliação não traz nenhuma consequência que não seja trazer de volta a empresa, os trabalhadores e o negócio para o local onde ela já esteve instalada, ou seja, a ampliação não se trata de investir para criar mais postos de trabalho mas sim para criar condições de realocar o negócio em Vagos. Se o Reconhecimento do Interesse Público Municipal é feito para uma atividade, e para a Helitene, se nesse pavilhão industrial não for instalada a Helitene e essa indústria específica há lugar a contraordenações, encerramento de estabelecimento e por aí adiante. “Assim, tendo em consideração os termos do pedido da requerente, a informação técnica que sobre a mesma recaiu e os esclarecimentos prestados pelo senhor presidente da câmara e pela senhora vereadora, e da discussão resultando claro que se acham reunidos os requisitos previstos na legislação aplicável e se afigura de interesse submeter a votação o reconhecimento do interesse público municipal na realocação da empresa requerente naquelas que foram, em Vagos, as suas instalações iniciais, onde havia laborado antes de se mudar por não reunir no edificado condições para obter autorização de instalação e utilização industrial, por forma a prosseguir pedido de legalização e licenciamento de existente não licenciado e autorização para futura ampliação, para desta forma vir a obter, a final, autorização de instalação e utilização industrial para o seu prédio urbano localizado na outrora freguesia de Vagos e aí se realocar regressando”, o senhor presidente da assembleia municipal pôs à votação o presente ponto tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com os votos a favor do grupo municipal do PSD, a abstenção do grupo municipal do PS e os votos contra do grupo municipal do CDS. -----

----- Não havendo mais intervenções o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a discussão e aprovação o ponto quatro da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 06 de abril de 2017. -----

----- **PONTO QUATRO: ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS;** -----

----- Apresentou o ponto a senhora Vereadora Sara Caladé e explicou que a organização dos serviços municipais em vigor e a última alteração que houve tinha que cumprir alguns requisitos e havia limitações por causa da lei do Orçamento de Estado na altura. Havia limitações nos departamentos, nas divisões e nas unidades flexíveis de terceiro grau. Tendo, obviamente, isso em conta e atendendo a isso havia uma série de serviços que não estavam arrumados, nas divisões porque o número era limitado e foram de alguma forma criados gabinetes para que conseguissem arrumar esse tipo de serviços. Esses gabinetes estavam dependentes diretamente do Executivo Camarário. Entretanto, a lei do Orçamento de

Estado deste ano não mencionou essas limitações o que quer dizer que numa Câmara Municipal como a de Vagos existe apenas limitações no departamento e só pode ter um departamento. Quanto às divisões e às unidades flexíveis de segundo e terceiro grau não há limite no seu número. Por proposta dos serviços, foi apresentada uma versão de revisão organização dos serviços municipais, cuja filosofia é a de não existirem trabalhadores diretamente dependentes do executivo, à exceção das chefias, e estarem todos dependentes de um departamento ou de uma chefia de segundo ou terceiro grau. Há gabinetes que obrigatoriamente e por lei têm de existir, já o Gabinete de Comunicação e Relações Públicas não é obrigatório por lei sendo o único que foi mantido por opção. De resto, todos os outros serviços foram arrumados em divisões ou em unidades de terceiro grau que aqui foram chamados de núcleos, precisamente com esta filosofia de ficarem arrumados, quase todos dependentes de um departamento de coordenação. E, depois, há um ou outro núcleo, que por questões de organização da própria divisão, foi solicitado pelos serviços no caso da Divisão de Planeamento e Obras Públicas, com dois núcleos dependentes deles, e no caso da Divisão de Gestão Financeira. À Assembleia Municipal cabe decidir pelas competências do departamento de Coordenação e do número máximo de unidades flexíveis. Junto com a documentação foi enviado o organograma, contudo essa não é uma competência da Assembleia Municipal mas era para se entender melhor qual a organização pretendida com estas alterações efetuadas. Depois, há uma outra decisão que tem de ser tomada pela Assembleia Municipal e que tem a ver com o vencimento das chefias de terceiro grau. Os dirigentes de primeiro grau e segundo grau estão fixados por lei. Os dirigentes de terceiro grau o vencimento não é fixo, é fixado pela Assembleia Municipal. O que estava anteriormente, e que tinha sido aprovado na Assembleia Municipal na altura foi um vencimento equiparado ao sexto escalão, ou da sexta posição remuneratória, e o que aqui é proposto é que se baixe para a quinta posição remuneratória. -----

----- O senhor Deputado Mário Castelhana usou da palavra e referiu que este assunto da organização ou reestruturação dos serviços aborda a questão dos recursos humanos, que é um assunto muito delicado e importantíssimo em qualquer organização. Definir uma ferramenta para ter uma estrutura como se pretende mas que tenha, efetivamente, para além dessa linha de comando que tanto preocupa as pessoas e a hierarquia, e que deve ser uma preocupação de todos, a chamada cadeia de valor, ou de valor acrescentado, também tem de ter e tem de refletir para que é que ela serve. O senhor Deputado só ainda não percebeu uma coisa, ou seja, de há quatro anos a esta parte, e já havia feito um comentário contra a estrutura porque ela trazia muita burocracia, muita ineficiência, muita falta de eficácia e trazia muitos custos, nada mudou. Passados quatro anos continua-se a ter aqui uma espécie de *dejá vu*. A ferramenta estrutural deve servir também para se poder dizer que se pretende alcançar objetivos, que se pretende dar mais respostas a esta ou aquela área que necessita de mais recursos. Tudo isto custa tanto ou reduz tanto, aumenta mais a eficácia ou menos a eficácia, mais eficiência menos eficiência e foi aqui dito logo no início que até existe um centro de custos e está tudo a andar. Era bom que esta estrutura, que está a ser aqui proposta, determinasse a também chamada eficiência obtida e nada disso aparece. A senhora Vereadora disse que esta estrutura era para uma melhor eficiência dos serviços, para arrumar os serviços, mas o senhor Deputado entende que já estão arrumados com a estrutura anterior, não haveria ninguém que não soubesse quem era o seu superior hierárquico. Mas se a senhora

Vereadora referiu que havia pessoas que estavam foram, inclusivamente da própria estrutura orgânica, isso surpreende. Mas o senhor Deputado aceita que queiram regularizar a situação dessas pessoas e tudo muito bem. O que ele esperava é que viesse aqui um modelo que fosse para além deste enquadramento legal que aqui foi invocado. À partida qualquer estrutura tem de refletir um enquadramento legal. O que aqui oscila um bocado é, efetivamente, maior ou menor eficácia, maior ou menor eficiência, objetivos ou não para cumprir, respostas às necessidades, etc. O senhor Deputado gostava de saber se o senhor Presidente já mudou de opinião relativamente à avaliação dos serviços, porque esta estrutura também tem de servir para abordar a questão do mérito, o mérito tem de estar presente. Portanto, aquilo que gostaria de ver respondido é quanto é que esta estrutura vai custar. Está a ser pedido a esta Assembleia que defina um valor para o nível do terceiro grau que ninguém sabe de quanto é que é, refere aqui que passa do nível seis para o nível cinco mas não diz quanto é. Que repercussões e que reflexo é que isso tem nas contas da Autarquia. Há uma série de questões que têm de ser equacionadas quando se mexe numa estrutura, para além do enquadramento legal. Sendo certo que a partir de outubro próximo surgirão novas estruturas orgânicas face aos caminho alternativo a seguir. -----

----- De seguida usou da palavra o senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra para tecer dois comentários, sendo um em linha com o que o senhor deputado Mário Castelhana referiu. De facto, este é um instrumento que habitualmente é aprovado e decidido aquando do início de funções do mandato e, portanto, é um pouco estranho a Assembleia Municipal estar a ser confrontada com este documento em abril quando as Autárquicas são em Outubro. Portanto, o próximo executivo terá toda a legitimidade para reorganizar se assim o entender. No entanto, o que realmente preocupou o senhor Deputado foi o facto de a senhora Vereadora ter dito que esta foi uma proposta dos serviços, porque mal se estará se fossem os serviços a organizar os seus próprios serviços. Nestes casos tem de haver uma ponderação política clara sobre o interesse para o Município na organização dos serviços. Cada um tem as suas competências mas as dos colaboradores não é exatamente definir os casulos do organigrama da Câmara Municipal. Portanto, independentemente, da absoluta legitimidade os executivos camarários devem assumi-lo e devem dizer que esta é a estrutura que entende ser a indicada, independentemente daquilo que os colaboradores pensam. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e dirigindo-se ao senhor Deputado Mário Castelhana referiu que este tem a particularidade de deturpar aquilo que diz. Nunca ninguém ouviu o Presidente da Câmara dizer que não é a favor da avaliação dos serviços. O que disse, e repetiu é que hoje em dia a avaliação do serviço não conta para nada porque as pessoas não são recompensadas, uma vez que as carreiras estão congeladas. Não havendo o descongelamento das carreiras a avaliação não tem qualquer consequência. Sobre as questões colocadas pelo senhor Deputado Óscar Gaspar o senhor Presidente agradece a preocupação, não se está dependente da tecnocracia, e o executivo tem uma opinião, que é a sua opinião, e que no fundo vem aqui, e não é a opinião dos serviços, entenda-se. Neste caso concreto é uma proposta da Câmara Municipal que obviamente é feita em articulação com os serviços. Não há nada aqui, tirando uma coisa ou outra, que seja novo, até porque esta estrutura funcionava e tinha pessoas que eram responsáveis mas há uma diferença, uma mudança de filosofia, ou

seja, coloca num nível intermédio em todas as ocasiões, exceto nos casos que a senhora Vereadora referiu e bem, um quadro técnico da Câmara Municipal para, por exemplo, aquelas tarefas administrativas do dia-a-dia, como férias, justificação de faltas, que em vez de serem responsabilidade de um político passam a ser tratadas por um dirigente. Esta questão/alteração surge por uma diferença substancial que está prevista no Orçamento de Estado para este ano, e muito bem. Agora, é evidente que se houver mudanças no executivo a partir de outubro depois logo se vê, mas isso depende sempre das qualidades técnicas do Vereador que tiver o pelouro que, obviamente, tem toda a legitimidade para mudar a estrutura orgânica. O atual executivo propõe à Assembleia Municipal esta estrutura orgânica, outro executivo terá toda a legitimidade de propor alterações do ponto de vista da organização da Câmara Municipal. Nesta proposta não há grandes alterações em relação àquilo que era a proposta anterior e que está em vigor desde a entrada deste executivo camarário. -----

----- A senhora Vereadora Sara usou da palavra para esclarecer algumas dúvidas e quanto à questão do *timing* referiu que tem a ver com a possibilidade de alterar, e juntando também uma das preocupações do senhor Deputado Mário Castelhana, de forma a organizar melhor os serviços e torna-los mais produtivos e dando melhor resposta às solicitações. Quando a senhora Vereadora referiu que era uma proposta dos serviços foi porque primeiramente veio dos serviços mas foi apenas para reforçar que foi feito em articulação com os serviços e não por imposição destes. Há que considerar que as coisas funcionam melhor se for feita em articulação e em consonância com os serviços. A alteração à estrutura orgânica foi bastante discutida, com os próprios serviços e com o executivo, até se chegar a esta solução final. E esta solução final, no entender do executivo, é aquela que neste momento se enquadrará e dará melhor resposta ao funcionamento da Câmara Municipal. -----

----- Não havendo mais intervenções o senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com os votos a favor dos grupos municipais do PSD e do PS e a abstenção do grupo municipal do CDS. -----

----- Não havendo mais intervenções o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a discussão e aprovação o ponto cinco da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 13 de abril de 2017. -----

----- **PONTO CINCO: CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO/LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 1.500.000€ - BENEFICIAÇÃO DA EM 598 – RINES SANCHEQUIAS;** -----

----- Apresentou o ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal e referiu que este ponto prende-se com a aprovação da minuta do contrato de empréstimo. A informação que aqui é apresentada refere-se ao primeiro trimestre do ano tendo já em conta o limite da dívida para o ano de dois mil e dezassete e a respetiva margem de endividamento. A Assembleia Municipal já autorizou previamente, fez-se a consulta e ganhou a Caixa Geral de Depósitos, por uma diferença de milésimas. O que vem aqui hoje é a concretização de mais um passo para se poder avançar com a contratação do empréstimo, que terá ainda de ter o visto do Tribunal de Contas. O senhor Presidente pediu autorização para falar sobre uma questão que devia ter falado no ponto um mas, por esquecimento, não o fez. A questão tem a ver com a informação prestada pelo Presidente da Câmara aos membros da Assembleia Municipal e quis deixar um pedido, ou seja, pedir que deem contributos para agilizar a informação que é prestada à Assembleia

Municipal. Esta questão não foi hoje objeto de discussão mas tem-no sido noutras ocasiões e, por isso, o senhor Presidente está disponível para discutir essa temática com os senhores Deputados para se poder melhorar e para que seja uma coisa que futuramente possa ficar. Portanto, fica aqui o pedido de colaboração da Assembleia Municipal de modo a ver aquilo que faz sentido incluir ou não nesta informação. -----

----- Seguidamente, usou da palavra o senhor Deputado Óscar Gaspar e referiu que a dúvida que tem prende-se exatamente com aquilo que o senhor Presidente acabou de dizer. De facto já esteve aqui este *dossier* há pouco menos de um ano e, portanto, a minuta que foi agora presente é essa, de meados do ano passado. A questão que se coloca é, que tendo em conta este derrapara dos prazos e o facto de não se ter cumprido aquilo que estava previsto no ano passado, se não era possível ter feito uma nova consulta às mesmas entidades, no sentido de ver se alguma delas estava em condições de rever o *pricing* que tinha sido oferecido à Câmara Municipal. Dizendo a mesma coisa de forma diferente, se a Caixa Geral de Depósitos, passados estes meses, mantém a proposta em cima da mesa, que normalmente tem um prazo específico embora o senhor Deputado não tenha visto a cláusula sobre a validade da proposta. Dito isto, e não se está aqui hoje para entrar novamente na discussão política de quem é que está a favor da estrada e de quem é que não está a favor da estrada. Independentemente, da intenção de voto relativamente a esta matéria todos estão a favor da estrada. E, neste caso concreto, o Partido Socialista até também está a favor da contratação deste empréstimo. Ainda assim, embora não seja da competência da Assembleia Municipal a pronunciar-se sobre esta matéria, como o senhor Presidente da Câmara disse a questão vai ser submetida ao visto do Tribunal de Contas, mas o senhor Deputado repete aquilo que disse aqui na Assembleia de meados do ano passado. No seu ponto de vista quando aparece uma informação da Câmara Municipal a dizer que a margem disponível é de oitocentos e setenta e quatro mil euros não é possível contratar um empréstimo de um milhão e quinhentos mil euros, mas isso o Tribunal de Contas dirá de sua justiça. -----

----- De seguida usou da palavra o senhor Deputado Mário Castelhana e começou por dizer que nunca foi e nem nunca será contra a estrada. Ele é contra o facto de ela ainda não ter sido feita. Na reunião do dia trinta de junho de dois mil e dezasseis constava da ordem do dia o ponto dois: contratação de empréstimo bancário de médio e longo prazo até ao montante de um milhão e quinhentos mil euros para beneficiação da estrada municipal 598, Rines/Sanchequias, e aconselhou a que fossem ler a ata que está lá escrito. Entretanto, o senhor Deputado pediu permissão para, a partir deste momento, usar uma linguagem mais figurativa para expor melhor a sua intervenção. Assim sendo, referiu que no dia vinte e quatro quando regressava de férias, por volta das dezoito horas e trinta minutos, deu uma volta por Rines Sul e apareceu uma velhinha que se dirigiu a ele. A senhora era a dona Ofélia e dirigindo-se ao senhor Mário Castelhana disse que ouviu dizer que iam pedir mais um empréstimo para fazer a estrada de Rines para Sanchequias. E perguntou se seria para fazerem mais uma estrada de Sanchequias para Rines. O que quer isto dizer, esta confusão da dona Ofélia. Quer dizer que se pensa estar perante dois empréstimos. Portanto, vai ou não haver estrada? Quantos empréstimos são necessários? As pessoas querem a estrada feita, e há aqui uma deliberação já tomada por esta Assembleia para autorizar o empréstimo e até já se conhecia na altura a entidade bancária, a Caixa Geral de Depósitos, que ia até

dois mil e dezoito e estava inscrita no Plano Plurianual de Investimentos, que tinha três fases para dotação global de dois milhões de euros que devendo proceder-se à modificação do documento de forma a adequá-lo à execução física e temporal do investimento, que a dívida e a capacidade de endividamento naquela altura era de quinhentos e não sei quantos mil euros, que o empréstimo era utilizado na proporção da utilização. Portanto, estes pormenores já vinham na altura, em trinta de junho de dois mil e dezasseis, e chega-se a abril de dois mil e dezassete, quase passado um ano, e vem o senhor Presidente dizer que ainda tem de enviar o processo para o Tribunal de Contas. O que as pessoas querem é a estrada feita e o senhor Deputado pensa já ter lido que foi autorizada a contratação do empréstimo com dezoito votos a favor do PSD, como está escrito na ata e não diz que é autorização prévia. A documentação que foi à Câmara fala, efetivamente, nessa prévia autorização. Mas, depois é feita a consulta ao mercado, e muito bem, e as pessoas pensavam que o senhor Presidente até já teria gasto algum dinheiro do empréstimo, mas ao que parece não aconteceu. Portanto, senhor Presidente que se faça a estrada o mais rapidamente possível, porque as pessoas querem a estrada, as pessoas precisam daquela estrada. É preciso dinheiro, parece que sim, e, por isso, o grupo municipal do CDS vai votar a favor. -----

----- O senhor Presidente usou da palavra e disse ao senhor Deputado Mário Castelhana que conhece muito bem a dona Ofélia e que ainda há dias esteve com ela em Fonte de Angeão e se na altura ela lhe tivesse colocado a questão ter-lhe-ia sido explicado de um modo fácil e ela iria, com certeza entender rapidamente. O que lhe ia ser explicado é que o Presidente da Câmara gere a Câmara como a dona Ofélia gere a sua casa, ou seja, faz-se aquilo que se pode com o que se tem. E quando a Câmara Municipal, eventualmente, tem um investimento maior tem de recorrer a financiamento. Depois há uma coisa na lei que diz, nestes casos concretos, que tem de haver autorização prévia. E esta parte o senhor Deputado não entendeu na altura, mas o senhor Presidente tentou explicar e podia agora ser um bocadinho mais fastidioso e explicar outra vez, ou pedir ao Chefe da Divisão para explicar, mas a informação é tão clara nos documentos enviados que não considera necessário estar a repetir os pontos que já aqui foram falados. Também disseram e escreveram que o Presidente da Câmara tinha dito que havia projeto quando não havia projeto nenhum. Se lerem as atas com atenção vão ver que isso é mentira, o que foi dito é que só se avançaria com o projeto quando houvesse fonte de financiamento para ele. Como esta obra não pode ser candidatada neste quadro comunitário de apoio a Câmara Municipal tinha de arranjar financiamento. Este empréstimo era em exclusivo para esta obra e não pode ser aplicado em mais nada. Essa é uma determinação da Lei nº 73/2013 que num dos seus artigos refere de forma clara que os projetos que ultrapassem os 10% do montante do Plano Plurianual de Investimentos têm de ter autorização prévia da Assembleia Municipal. Em resposta às questões do senhor Deputado Óscar Gaspar o senhor Presidente esclareceu que é entendimento da Câmara Municipal que a Caixa Geral de Depósitos tem que manter a proposta, pois seria um absurdo estar a recomeçar de novo todo o processo. Estas condições de financiamento são fabulosas do ponto de vista daquilo que é a integração do bolo geral de empréstimos. O senhor Presidente tentou explicar isto, anteriormente, e entende que o CDS, depois de tudo o que foi dito e foi feito, hoje, se veja refém de uma decisão precipitada que tomou na altura. Ser contra o financiamento de uma obra é legítimo, agora,

também é legítimo da parte, nomeadamente dos Presidentes de Junta de Freguesia que representam as populações, dizer que se o Presidente da Câmara entende que é preciso dinheiro para fazer a obra, dinheiro que a Câmara, neste momento, não tem, e se os membros da Assembleia não aprovarem o empréstimo, então isso quer dizer que a Autarquia não tem dinheiro suficiente para fazer a obra. E, fazendo uma ligação direta entre as duas coisas, é evidente que não havendo dinheiro não há obra. Na altura o senhor Presidente referiu, ainda, que este valor de um milhão e meio de euros ficaria muito aquém das verdadeiras necessidades da obra e ninguém estava à espera que o valor ultrapassa-se tanto aquilo que era a estimativa orçamental inicial. Ma o projeto é muito bom e, com certeza, trará melhor qualidade de vida àquelas populações. Entretanto, e graças a este pequeno atraso, e por um acordo feito com a PT, vai ser possível neste percurso da estrada de Sanchequias até Rines, ou de Rines até Sanchequias, ter internet de banda larga. A PT assumiu este encargo de neste processo de extensão da banda larga a uma parte substancial do Município, na zona norte, por proposta da Câmara Municipal, e foi aceite pela PT, neste percurso entenda-se. -----

----- Entretanto, pediu para usar da palavra o senhor Deputado Mário Castelhana para dizer que se calhar é uma questão de português e sugere que seja melhorada a redação dos pontos da ordem de trabalhos. No ponto dois da sessão de trinta de junho de dois mil e dezasseis está escrito *contratação de empréstimo bancário de médio e longo prazo até ao montante de 1.5000.000€ para beneficiação da estrada municipal 598, Rines/Sanchequias* e não diz em lado nenhum a palavra prévia. O que diz na ata, aprovada por esta assembleia, é que era a autorização para contratação do empréstimo. Mas, hoje, o grupo municipal do CDS vai votar a favor. -----

----- O senhor Presidente voltou a usar da palavra e referiu que realmente às vezes o título pode induzir em erro mas, na altura, o ponto foi muito bem explicado e o senhor Deputado manteve sempre a sua posição. Aquilo que o senhor Deputado disse hoje só confirma aquilo que o senhor Presidente havia dito, ou seja, que cometeu um erro político e agora está, obviamente, a penar enquanto esse erro for mantido. Embora, hoje, o grupo municipal do CDS refira que irá votar favoravelmente este voto favorável não seria possível sem o voto favorável do PSD na reunião da Assembleia Municipal de trinta de junho de dois mil e dezasseis e nem sequer se estava aqui a discutir este assunto. Portanto, se vai haver obra é graças ao voto favorável, no parecer prévio, do grupo municipal do PSD na Assembleia Municipal. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia referiu que os títulos da ordem de trabalhos são da responsabilidade do Presidente da Mesa. Quando os títulos estiverem errados é ao Presidente da Assembleia que devem assacar responsabilidades. Quanto a este ponto o que é proposto à Assembleia Municipal é que seja autorizada a contratação do empréstimo em dois mil e dezassete, ou seja, como não foi outorga de contrato em dois mil e dezasseis, porque passa para um ano económico diferente a Assembleia Municipal é chamada a autorizar a renovar a autorização. Será isto?. Perguntou. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e respondeu que não é nada disso. A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a minuta do contrato de empréstimo e remetê-la à Assembleia Municipal para a devida autorização. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia referiu, então, que o Município tem capacidade de endividamento para contratar um empréstimo e análise das condições previstas em caso de aprovação e

deve remeter à Assembleia Municipal o assunto para autorização, ou seja, a Assembleia renova a autorização daquilo que já havia autorizado em junho de dois mil e dezasseis. Não é isto? Então, o senhor Presidente da Mesa pediu ao Dr. Nuno André, Chefe da Divisão Financeira da Câmara Municipal para esclarecer o assunto. -----

----- O Dr. Nuno André esclareceu que neste caso as autorizações são obrigatórias, sendo que há a autorização prévia e a autorização final. Esta autorização não substitui a que já foi dada em junho de dois mil e dezasseis. Esta é que autoriza definitivamente a concessão de empréstimo. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade** dos presentes.-----

----- Não havendo mais intervenções o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a discussão e aprovação o ponto seis da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 13 de abril de 2017. -----

----- **PONTO SEIS: PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016;** -----

----- Sobre este ponto o senhor Presidente da Câmara referiu que irá fazer uma apresentação breve e concisa, uma vez que foram enviados os todos os documentos necessários cumprindo toda a tramitação legal. Este relatório de contas é muito claro relativamente à execução da receita e da despesa. Há aqui duas notas que são importantes relativamente à questão da receita. A redução que se verificou no IMI, sobretudo pela isenção automática de alguns agregados familiares sem rendimentos ou com rendimentos reduzidos e que teve impacto não só no Município de Vagos, mas nos outros Municípios também. Teve também, em parte, a decisão tomada em Assembleia Municipal, e que foi devidamente enquadrada, da redução do IMI para os agregados familiares com dependentes a cargo. Depois, obviamente, há aqui uma questão fundamental que é baixa taxa de execução do Portugal 2020, que condicionou a vida da Câmara Municipal e a vida dos munícipes em geral. Aliás, esta é uma matéria de preocupação quer do Governo quer da Associação Nacional de Municípios e que está agora numa melhor fase de execução. Mas, ainda assim, isso não impediu que a execução da Câmara Municipal fosse acima dos 75% ao nível da receita. Ao nível da despesa, no caso de Vagos, continua-se com esta questão. Portanto, a despesa está muito condicionada àquilo que é o valor da receita e não temos outras fontes de rendimento e, portanto, estar-se-á sempre a falar de níveis de execução em termos de valor muito próximo e em termos percentuais igualmente. Aqui há a destacar a manutenção daquilo que são as despesas de pessoal, pelo menos a sua percentagem de afetação às receitas correntes. Nos últimos anos houve, de facto, um abrandar daquilo que era o peso das despesas com pessoal na receita total e, neste caso, das receitas correntes da Câmara Municipal. Apesar de no ano passado terem havido algumas reposições salariais, que tiveram algum impacto, ainda assim foram sanadas por outras saídas que aconteceram durante o ano. Portanto, a nível das despesas correntes, estas atingem também um valor de execução à volta de 75%. Depois, havia aqui uma situação importante para o Município ter em conta que era o parecer dos Revisores Oficiais de Contas que no ano passado fizeram referência a uma matéria relevante, e que foi corrigida dentro daquilo que foi possível durante o ano de dois mil e dezasseis, que se prendia com a questão do património. Já foi feito algum trabalho nessa área e o objetivo é continuar a melhorar, até porque depois tem uma consequência nos resultados obtidos. Se é

verdade que Câmara Municipal tem muito imobilizado também é verdade que as amortizações calculadas têm um impacto muito negativo. Se prestarem atenção ao nível das amortizações do exercício tem-se cinco milhões cento e oitenta e cinco euros, durante o ano de dois mil e dezasseis, que depois, obviamente, conduz a um resultado negativo muito significativo. Este não é obviamente o principal objeto de preocupação do gestor de uma entidade pública mas também tem de ser tido em conta esse fator para se resolver o problema no decorrer deste ano, e, sobretudo, a partir do próximo ano com a entrada em vigor do SNCAP, um novo sistema contabilístico que as Autarquias serão obrigadas a adotar a partir do dia um de janeiro de dois mil e dezoito, caso não haja alteração na data. O senhor Presidente considera que SNCAP apenas resolverá alguns problemas. Entretanto, senhor Presidente não quis deixar de destacar, apesar dos recursos limitados, o esforço feito pela Divisão Financeira durante este ano de dois mil e dezasseis, nesta e noutras matérias. Obviamente, com o contributo de toda a Divisão mas de uma forma muito particular na pessoa do seu Chefe da Divisão que teve aqui um papel fundamental, seguindo as determinações dadas pelo Presidente da Câmara que podiam ter sido difíceis de executar, atendendo aos pucos meios, mas com o esforço do grupo foi feito um excelente trabalho. Esta é uma prestação de contas sem qualquer reserva dos Revisores Oficiais de Contas e isso é muito importante. Há também a destacar a redução da dívida que continua a acontecer no Município muito alicerçada naquilo que são as obrigações da lei dos compromissos e pagamentos em atraso. Como se sabe o Município de Vagos desde algum tempo a esta parte, há mais de um ano, tem sido cumpridor da lei dos compromissos e pagamentos em atraso. Neste momento, não há pagamentos em atraso. Durante o ano de dois mil e dezasseis esta redução da dívida foi de facto muito efetiva tendo tido o encargo do pagamento às IPSS's daquele valor que estava em dívida. Neste momento, ainda há duas IPSS's que têm valor em dívida, a Santa Casa da Misericórdia de Vagos e a Comissão de Apoio Social e Desenvolvimento de Santa Catarina. Mas, ainda assim, a dívida continua a reduzir e, neste momento, já é menor mas em trinta e um de dezembro era de doze milhões trezentos e oitenta e nove mil euros. Já chegou a ser, em dois mil e dez, de dezanove milhões e cem mil euros, mas fruto de uma gestão rigoroso no mandato anterior e neste atual encetou um processo de redução da dívida de forma muito significativa e a prova disso é esta prestação de contas, que esse sim deve ser o objeto principal de preocupação da Câmara Municipal. se não houvesse outras limitações que neste caso surgem e derivam dos Orçamentos de Estado hoje o Município de Vagos teria uma capacidade de endividamento, de acordo com a lei nº73/2013, de mais de quatro milhões. Isso é significativo, quer dizer que se fez muito trabalho nesta matéria. Aliás, o empréstimo que se aprovou no ponto anterior é o primeiro empréstimo de médio e longo prazo que esta Autarquia pede em sete anos, excetuando aqui o PAEL, mas que ainda denota bem o esforço de contenção que foi feito ao nível da despesa mas ainda assim com resultados muito significativos na área social, na área da cultura, na área do desporto e na área da educação. Estas áreas nos últimos anos foram áreas de importantes intervenções dos Municípios. Exemplos disso são os centros escolares, os relvados sintéticos, o apoio sucessivo ao desporto e à cultura, a Biblioteca Municipal, para além de outras. Estas são conquistas importantes feitas em tempo de crise, em tempo de redução da dívida. O senhor Presidente também é pouco adepto da austeridade mas a Câmara Municipal foi obrigada a partir de dois mil e onze a tomar outro rumo e a verdade é que

com bons resultados e provando que é possível “*curar o doente sem lhe administrar medicamentos que o matem.*” -----

----- De seguida usou da palavra o senhor Deputado César Grave e referiu que de facto esta prestação de contas demonstra as políticas, o programa, o planeamento e a gestão deste executivo. O passivo sobe 3,4%, as receitas diminuíram, aumentaram as transferências da administração central, a taxa de crescimento negativa de 3,7%, os custos e perdas aumentaram para 5,1%, ou seja, na totalidade decresceu-se quase 9%. Em relação projetos de investimento zero, apenas o resto dos centros escolares e das bibliotecas. Isto é o reflexo de muito pouca obra. E pedindo desculpas pelas palavras que irá proferir termina a intervenção com alusão ao poema Salazarista com que o senhor Presidente encerrou o discurso nas comemorações do 25 de abril, pois de facto com esta estratégia parece que “*estamos num campo lamacento com pó cinzento, só não percebi onde entra o gado.*” E com isto será que Vagos já sabe para onde é que quer ir? -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor Deputado Jorge Pereira e referiu que iria fazer um género de um resumo deste documento extenso e focar dois ou três aspetos que já aqui foram falados, e outros que o senhor Presidente falou e com o qual não concorda. Na página quatro há uma referência á diminuição da receita bruta, uma diminuição de 7,2%. Como se sabe as Câmaras Municipais não servem para dar lucro mas, a verdade, é que se isto fosse uma empresa tinha faturado menos novecentos e dezanove mil euros, portanto, quase um milhão de euros a menos da receita bruta angariada. Existem, efetivamente, as baixas do IMI e de IMT. Em relação ao IMI o grupo municipal do CDS deixou, mais uma vez, os parabéns à Câmara Municipal por manter as taxas mais baixas dos Municípios. De qualquer das formas a angariação da receita também se faz muito à base da diminuição das taxas de loteamento e das obras, menos 54,2%. Portanto, alguma coisa aqui, aparentemente, não estará a funcionar bem. Na página cinco diz que dois mil e dezasseis foi um ano de viragem do ponto de vista económico, permitindo uma maior possibilidade para projetar investimentos a curto, médio e longo prazo. No entanto, quem vir as últimas informações do Presidente da Câmara não é isso que refere. Há realmente uma maior facilidade para projetar e para planear investimento, mas aquelas informações das obras públicas e do planeamento são uma meia página e não passa disso. Portanto, não me parece que haja grande disponibilidade para projetar, não há grandes coisas por assim dizer. A nível do conteúdo e da apresentação do conteúdo, já que se falou há pouco da informação e da forma como ela é apresentada e que o senhor Presidente, e muito bem, estaria disponível para recolher informação ou alguns dados sobre isso, é importante, pelo menos, perceber a forma como foi apresentada a questão dos recursos humanos, entre as páginas vinte e um e vinte e sete. Aí sim, todos percebem o que lá está, porque está bem feito. Quando se olha para os recursos humanos, quando se veem os gráficos, quando se veem as tabelas pensa-se que isso sim é informação de qualidade que se consegue ler bem e como se costuma dizer tecnicamente é uma informação informativa. Claro que os dados e as apresentações de resultados têm que seguir certas normas, compreende-se perfeitamente, mas poderia haver um género de uns anexos onde explicasse melhor aquele tipo de informação que acaba por ser um bocado maçadora, com tantos quadros que a pessoa até se perde. Mas, são normas contabilísticas que têm de ser respeitadas e não podem ser ultrapassadas. Depois, nas páginas cento e noventa e cento e noventa e um onde

apresentam os custos das funções gerais o senhor Presidente diz, e muito bem, que se apoiam as associações, os serviços culturais, recreativos e religiosos. Contudo, o que se percebe, com algum pesar, por assim dizer, é que a cultura é pouco reconhecida, ou seja, há pouco investimento na cultura. A cultura só representa 12% sobre os custos destas funções, enquanto o desporto, recreio e lazer representam 73% e outras atividades cívicas e religiosas 15%. Portanto, verifica-se que efetivamente a cultura é descorada por este executivo. -----

----- De seguida usou da palavra o senhor Deputado Óscar Gaspar e disse que só encontra uma palavra para definir estes documentos que foram enviados aos membros da Assembleia Municipal, lamentável. O senhor Deputado considera que mesmo o senhor Presidente, com a formação que tem, apesar dos considerandos e de todos os pretextos que possam ter levado a esta situação, reconheceria numa situação normal, se não fosse Presidente da Câmara, que a situação é lamentável. O senhor Deputado entende que valia a pena parar aqui um pouco para se fazer alguma análise técnica a termo de alguns esclarecimentos, até porque gostou de ouvir o senhor Presidente referir-se à possibilidade de articular com as diversas bancadas no sentido de dar mais informação. Realmente faz todo o sentido, nomeadamente quando se está a discutir o orçamento e a conta de gerência. Há questões que aqui vão ser levantadas que não deveriam ter sequer a dignidade de vir até à Assembleia Municipal e sim serem discutidas entre os diversos grupos municipais numa reunião prévia. O senhor Deputado é de opinião que alguns destes mapas podiam vir num formato excell ou num formato manipulável e não neste que não permite aos membros da Assembleia trabalhar e têm de voltar a carregar. Continuando, primeira questão relevante desta conta de gerência. O senhor Presidente falou há pouco da avaliação do património, mas de forma superficial, e para surpresa do senhor Deputado não se ouviu nenhuma informação do Presidente da Câmara ao longo do último ano sobre o assunto. Tanto quanto se sabe a questão também nunca foi levantada na Câmara Municipal, ao longo do ano, e a verdade é que a avaliação do património é o facto mais relevante das contas em relação ano de dois mil e dezasseis. Há aqui um aumento bruto dos terrenos em nove milhões e novecentos mil euros que altera, profundamente, as contas do Município. Portanto, foi importante que esse levantamento fosse feito, que essa reavaliação fosse feita, o que é estranho é ser-se confrontado com o facto consumado aquando da apresentação das contas. É estranho que não tenha havido, ao longo do ano, nenhuma referência a algo que é determinante para as contas finais de dois mil e dezasseis. Depois, em relação às questões concretas, na página seis do relatório fala-se em ações do plano estratégico de reabilitação urbana mas nos mapas não se vê nenhuma execução deste plano, ou seja, o que está lá é que é a zero. Assim como, para espanto do senhor Deputado, no Plano Plurianual de Investimentos a linha de reparação do pavimento também estava a zero, embora seja referida com grande ênfase. Ainda na página seis há uma referência ao Vagos Metal Fest que, depois, não vem refletido em ponto nenhum das contas, nem com este nome nem com outro nome, e, por isso, perguntou o que é que foi pago de facto e onde é que está, em que conta é que está. Uma outra dúvida prende-se com a página cento e oitenta em que se fala de estarem orçadas transferências na ordem dos três milhões oitocentos e cinquenta e dois mil euros para IPSS's e Autarquias e o senhor Deputado perguntou de onde é que vem este valor, onde é que estava orçamentado. Porque, com certeza não estava orçamentado no orçamento de dois mil e

dezasseis. Depois, seria fastidioso estar aqui, como é normal, infelizmente, nesta fase da discussão pública dos Municípios dizer quais são os projetos que estão a zero nestas páginas todas, ou seja, recuperando aquilo que se discutiu aqui aquando da aprovação do orçamento mais uma vez se comprova que o que se está aqui a aprovar quando se aprova o orçamento não tem nenhuma relevância face àquilo que depois é a atividade da Câmara. Portanto, mais de cerca de dois terços das obras não têm nenhum tipo de execução, estão a zero, e já não falando na questão anedótica do Parque de Lazer das Fêmeas que também ficou a zeros mas, como este, há várias dezenas que ficaram a zero. No balanço o senhor Deputado estranha um pouco que haja um crescimento das dívidas a fornecedores, porque não houve um aumento de atividade. O objetivo da Câmara Municipal é reduzir o endividamento, e supõe-se que não só o financeiro mas também o comercial, e há aqui um aumento de quinhentos e setenta e seis para setecentos e nove nos conta corrente e nos duzentos e noventa para os quatrocentos e setenta e sete nos de imobilizado. A par desta surpresa é também o facto de mais uma vez se encerrar o ano com oitocentos e trinta e três mil euros em caixa. Portanto, há dinheiro em caixa mas não se paga a quem se deve a curto prazo, e tem-se uma dívida de curto prazo, alguma dela será conta corrente caucionada e não se amortiza. É muito dinheiro, oitocentos e trinta e três mil euros que não se percebe porque é que está, supostamente, parqueado. Em termos da demonstração de resultados o senhor Deputado também ficou bastante surpreendido com o valor dos resultados extraordinários, nomeadamente as correções relativas ao exercício anterior. Portanto, quando se está a falar de custos extraordinários, a reportar dos anos anteriores, na ordem dos quinhentos mil euros, como se compreenderá afeta aquilo que foram os exercícios anteriores e afetaria também a percepção em relação ao que aconteceu nos anos anteriores. Isto para não dizer que de alguma forma está em causa o princípio da anualidade do orçamento e até a especialização que se pretende dos exercícios. Não se deixa de notar em termos da despesa que há, de facto, um aumento muito grande das transferências correntes, é mesmo o facto mais relevante em termos de despesa. Por último, em termo destas questões técnicas, a questão da tal valorização de terrenos em nove milhões e novecentos mil euros, neste caso, como o senhor Presidente bem sabe, não se aplica aquilo que disse em relação às amortizações, porque os terrenos não são amortizados. Assim sendo, não há nenhum impacto no facto de aumentar o património, neste caso, em termos líquidos cinco milhões e tal, porque o impacto em termos de amortizações é absolutamente zero, ou seja, só há impacto positivo no ativo, como se sabe, e um impacto positivo em termos de capitais próprios para o efeito artificial contabilístico dessa operação. O que o senhor Deputado quer perguntar, em relação a esta operação fundamental para as contas de dois mil e dezasseis, são duas coisas: qual foi o critério de valorização de terrenos e se é possível, a título um pouco de amostragem, gostava de saber qual é o terreno número dezoito mil cento e oitenta e seis, na Gafanha da Boa Hora, avaliado em um milhão e dezoito mil e trinta euros, e o dezoito mil duzentos e sessenta e oito, em Vagos, avaliado por novecentos e quatro mil cento e trinta e quatro euros. -----
----- O senhor Presidente da Câmara Pediu autorização ao senhor Presidente da Assembleia Municipal para ser o senhor Nuno André, Chefe da Divisão Financeira da Câmara Municipal, a responder à última questão colocada pelo senhor Deputado Óscar Gaspar. Na questão sobre a valorização do património dos artigos referenciados o critério utilizado foi o Valor Patrimonial Tributário. E, de facto, esses dois

artigos que são referidos, da Gafanha da Boa hora, não são do Plano de Pormenor da Gafanha da Boa hora, estão incluídos na listagem e a Câmara Municipal pode, depois, facultar a ficha patrimonial. Em relação ao que foi dito do valor em caixa o senhor Nuno André julga estarem a referir-se às operações não orçamentais que não podem ser utilizadas para abater dívida. Outra questão tinha a ver com o total que o mapa das Transferências de Capital-Despesa apresenta, cerca de 3,8 milhões de euros. Este montante não corresponde ao valor orçado da rubrica mas sim ao somatório que a aplicação informática faz das várias linhas do mapa. Em relação à apresentação, os documentos apresentados são os obrigatórios. Há outros que podiam ser igualmente apresentados com informação mais detalhada mas iriam torná-la ainda mais extensa. Os documentos incluem alguns aspetos importantes sugeridos pelos Revisores de Contas como resultado do trabalho de colaboração realizado. -----

----- Em relação às outras questões levantadas o senhor Presidente da Câmara e começou por esclarecer que é bom referir, quando às vezes se classificam as coisas, que há muitas coisas que são assim porque a lei determina que assim seja. Ninguém que complicar a vida a ninguém. Os senhores Deputados que por aqui se mantiverem para o ano ainda vão ter uma dificuldade adicional que é o facto de tudo isto que se conhece até hoje vão mudar. Portanto, enquanto não se simplificar estas coisas tem de se fazer aquilo que a lei determina e que fique confortável com as classificações que os membros desta Assembleia decidam dar à informação. O senhor Presidente está tranquilo quanto àquilo que a nossa obrigação legal e elas têm sido sucessivamente validadas por quem de direito e, portanto, o executivo está confortável quanto à qualidade da informação que é disponibilizada. Em resposta às questões levantadas pelo grupo municipal do CDS a receita da Câmara Municipal, de facto, caiu novecentos e dezanove mil euros mas esta não é uma empresa, é um Município que apenas tem duas únicas fontes de receita possíveis; as transferências de Estado e os impostos e taxas. Nas transferências do Estado está-se dependente do Orçamento de Estado. Nos impostos e taxas está dependente de si próprio, ou seja, depende dele aumentar a faturação, aumentar as taxas e os impostos. E, portanto, aumentar as taxas e os impostos está fora dos planos deste executivo e do grupo municipal do PSD. O senhor Presidente já fez, por várias vezes, o desafio de apresentarem formas de aumentar a receita do Município e o que têm feito durante estes quatro anos é apresentarem sugestões para o aumento da despesa. De facto, o PSD tem apresentado propostas concretas de diminuição da receita mas tem sido em prol das pessoas do concelho de Vagos, como por exemplo a diminuição do IMI. Em relação à distribuição das verbas para o desporto e para a cultura no que respeita às transferências correntes é natural que haja mais transferências para as Associações de Desporto e Lazer do que para a cultura. E isto porquê? Porque há mais e tem um maior envolvimento. Contudo, não quer com isto dizer que não se apoie a cultura. Aliás, em dois mil e dezasseis foi o ano em que a Câmara Municipal resolveu um problema antigo da Filarmónica Vaguense, que é o baluarte máximo da cultura vaguense, que finalmente vai ter um sítio onde pode ensaiar e, portanto, se isso não é apoiar a cultura o que mais poderá ser. Agora, a realidade está lá, po valor foi transferido para o Centro de Educação e recreio e se calhar até uma parte dele em dois mil e dezassete, uma parte significativa, e por isso é que não aparece neste documento. Mas, foi um acordo com o Centro de Educação e Recreio e que proporcionou que a Banda Vaguense tivesse uma sede para poder ensaiar e de fazer o seu trabalho. Ainda, recentemente,

foi aprovado, por unanimidade, um apoio à Banda Vaguense para ir a Kerkrade participar num Festival Mundial de Música. No que diz respeito à Regeneração Urbana houve uma intervenção nesse plano concreto e já aqui foi feita referência foi a demolição do Centro de Saúde e isso aí de certeza que está na Prestação de Contas. Aliás, esta foi a chave para se irem buscar cento e oitenta mil euros e, portanto, ainda bem que surgiu esta oportunidade de reavivar a memória de um exemplo de boa gestão deste executivo de mais cento e oitenta mil euros que se foi buscar ao Portugal 2020 que, aliás, está bastante atrasado. Relativamente ao facto de a dívida a fornecedores ter aumentado, ainda bem que levantaram a questão. A dívida aumentou, por exemplo, porque o Governo deve à Câmara Municipal, desde final do ano passado, cerca de meio milhão de euros, nomeadamente de obras de *Overbooking* que já foi à Autarquia a transferência do dinheiro. O senhor Presidente já enviou dois *e-mails* ao Secretário de Estado que até à presente data tiveram zero respostas. Desde Dezembro do ano passado que o Município tem a haver meio milhão de euros, relativos à obra da ponte da Vagueira, mais os 5% finais de todas as obras do QREN, que estão até hoje por receber. Se o Governo tivesse cumprido com as suas obrigações de certeza absoluta que o dinheiro iria ser utilizado para pagar dívida aos fornecedores e a dívida estaria meio milhão de euros mais baixa. No que respeita à reparação de pavimentos em dois mil e dezasseis a obra já foi adjudicada e já está em execução. Em relação ao Vagos Metal Fest, no Plano de Atividades Municipal estava criada uma verba para o Vagos Open Air mas, como entretanto, não houve Vagos Open Air considerou-se mais prudente não incluir a transferência que foi aprovada em sede de Reunião de Câmara no protocolo assinado, nessa linha, e provavelmente saiu das transferências correntes. Portanto, fora do âmbito do Plano de Atividades Municipal saiu do Orçamento nas transferências correntes. No entanto, o senhor Presidente pediu ao senhor Nuno André que explicasse melhor esta questão. -----

----- O senhor Nuno André explicou que no ano passado quando se aprovou o orçamento incluiu-se a rubrica do Vagos Open Air. Entretanto, não foi este festival que se realizou e foi outro. Como aquele mapa das atividades não é um mapa obrigatório, é indicativo, optou-se por anular as dotações do Vagos Open Air e executar o Vagos metal Fest fora do Plano de Atividades. O orçamento de dois mil e dezasseis já contempla o festival Vagos Metal Fest. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar pediu para voltar a usar da palavra e, depois de ter distribuído alguns documentos pelos membros da Assembleia Municipal, e que irão ser anexados à presente ata, referiu que as questões de há pouco eram essencialmente de dúvidas e esclarecimento. A questão política que se coloca é a análise ao desempenho deste executivo em dois mil e dezasseis que em termos financeiros foi lamentável. O plano de investimento foi realizado 36,3%, o que é inacreditável, portanto, duas em cada três obras ficaram no papel. Indo buscar as contas de gerência dos últimos dez anos verifica-se o mais baixo nível de investimento, o que é inacreditável. Há aqui um gráfico, que se calhar as pessoas não tinham noção dele, mas mesmo tirando aqui o dado excêntrico de dois mil e treze, em que de facto o valor do investimento foi muito superior, dois mil e dezasseis destaca-se pelos maus motivos, é de facto o mais baixo de sempre. Por outro lado, há pouco o senhor Presidente falou das amortizações e, sim, é verdade que as amortizações são de cinco milhões e duzentos mil euros mas o problema não é das amortizações. O problema é que o investimento não cobre as amortizações, nem

se aproxima sequer. Portanto, o investimento praticamente não repõe um quarto das amortizações, ou seja, está a delapidar o património e não a aumentá-lo com este um milhão e trezentos mil euros de investimento. Por outro lado, algo que também pode ter passado despercebido a algumas pessoas é que a verba com mais utilização em dois mil e dezasseis, a das transferências. A Câmara Municipal transferiu dois milhões de euros, e só para se ter um valor de referência, quando o investimento foi de um milhão e trezentos mil euros, ou seja, cada vez mais funciona como um ponto de passagem de meios financeiros, da administração central dos impostos para outras entidades. Depois há um outro ponto, a verdade é que o que resta a um balanço e demonstração de resultados para as Autarquias locais, como há para outras entidades, e o resultado líquido de dois mil e dezasseis foi de três milhões duzentos e sessenta e quatro mil e setecentos e quatro euros negativos, ou seja, não há forma de dizer isto de outra maneira, a câmara em dois mil e dezasseis incorreu num prejuízo superior a três milhões e duzentos mil euros. Depois, em relação à valorização bruta dos terrenos, já aqui foi falado, mas não ficou muito clara e é de longe o facto mais relevante de dois mil e dezasseis. Por outro lado, o senhor Deputado reconhece que o senhor Presidente é sensível a estes números mas o nível de execução da receita na ordem dos 74, 68% é muito preocupante. Embora não *“acenda a luz vermelha no artigo 56º da lei das finanças locais mas acende a amarela”* e, portanto, é um nível de execução, de facto, muito baixo. E, por último, um outro aspeto muito relevante, apesar do senhor Presidente se ter referido à evolução do endividamento como favorável, aquilo que dizem os números finais do relatório que a Câmara apresentou é que ainda assim o endividamento a trinta e um de dezembro de dois mil e dezasseis ficou mais de um milhão de euros acima do objetivo do PAEL. Portanto, houve redução sim, porque era obrigatório pelo PAEL, mas mesmo assim ficou aquém daquilo que estava previsto no PAEL. Os números do grau de execução são elucidativos, está tudo a vermelho, está tudo com valores negativos. Será difícil encontrar uma rúbrica em que a Câmara Municipal se tenha aproximado daquilo a que ela própria se tenha comprometido no final de dois mil e quinze. Há uma frase bastante curiosa no relatório *“para o Município dois mil e dezasseis foi um ano de viragem ponto de vista económico”* e, de facto, o senhor Deputado não percebe o que é que a Câmara Municipal quer dizer com esta expressão, porque imediatamente a seguir os gráficos que aparecem não dizem isso. Se há um ponto de viragem não é no sentido certo e isso é que é preocupante, e não só as contas de dois mil e dezasseis serem francamente más, muito aquém daquilo que era possível e muitíssimo aquém daquilo que era necessário em termos de investimento, o investimento mais baixo de sempre. Mas pior que isso é que não se percebe que haja aqui nenhuma inversão, antes pelo contrário, percebe-se que de dois mil e catorze para dois mil e quinze teria havido algum aumento e agora volta a reduzir em dois mil e dezasseis. -----
----- O senhor Presidente da Câmara agradeceu a trabalho elaborado pelo senhor Deputado Óscar Gaspar mas conhece bem as contas dos últimos sete anos e, voltou a dizer que do ponto de vista genérico se sente bastante confortável, embora reconheça que há uma coisa ou outra que não pudesse ser feita de maneira diferente, pelo facto de ser o responsável financeiro da Câmara que em sete anos mais dívida reduziu. Infelizmente existem essas questões que continuam a pender sobre o executivo, mas o percurso que foi feito e aquilo que será seguido será, com certeza, o melhor para o município. Este executivo estabeleceu como um dos principais objetivos a redução da dívida, aliado a uma série de

outros indicadores. O senhor Deputado referiu que está tudo a vermelho mas se assim como é que a Câmara Municipal reduz dívida e faz investimento? E voltou a dizer aos senhores Deputados que a Câmara Municipal não tem maneira de aumentar a receita se não for através de empréstimos, tal como ainda se discutiu no ponto anterior, e se não for através das verbas dos fundos comunitários. Se não for destes duas formas como é que a câmara arranja dinheiro para investir. É evidente que dois mil e dezasseis, infelizmente, porque o quadro comunitário anterior terminou e, portanto, há só algumas verbas para o Município, aliás, verbas essas que ainda estão em dívida ao Município, e que iriam ser utilizadas para reinvestir e que não foram. Mas, essas verbas não vindo do Portugal 2020 o Município ficam desde logo cerceadas com a sua capacidade de investimento. O Município esteve já, como se sabe, com dois milhões de investimento de FEDER aprovado para a Regeneração Urbana, por exemplo, para executar aquilo que é a estratégia do executivo para a Regeneração Urbana, poderá até ser executado por outros mas garantida a obra. Está garantida a obra, está projetada a obra, está garantido o financiamento agora é só executar e esses é que serão os grandes anos de execução. O ano de dois mil e dezasseis, apesar da crise e do Governo anterior ter conseguido reduzir a dívida do país, de ter libertado o país da intervenção externa e de ter feito investimento público, curiosamente, foi um ano de investimento público baixo. O ano de dois mil e dezasseis foi um ano de fraco investimento público do Governo e que depois se refletiu nas Autarquias, porque p Governos não dá à *perninha* para pôr o Portugal 2020 em execução efetiva. E nesta matéria os autarcas, independentemente da cor política, estão todos de acordo incluindo o Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Entretanto, o senhor Deputado acusou o senhor Presidente de delapidar o património da Câmara Municipal embora tenha reconhecido que foi feito um bom trabalho nesta área, e foi mesmo porque os Revisores Oficiais de Contas consideram que tem sido feito um bom trabalho porque estava resolvido um problema que eles detetaram e que foi corrigido. Por isso é que existem estas maneiras de verificação, ou seja, fora os Revisores existe, ainda, por exemplo, o IGF e o Tribunal de Contas. Portanto, a Câmara Municipal é auditada por várias entidades e o Executivo sente-se confortável com essa situação. Agora, delapidar o património é coisa que o Executivo Camarário não tem feito. Obviamente, que se poderia ter optado por uma coisa, e discutiu-se isso internamente, que era ter optado por uma estratégia de aumentar o prazo de amortização de alguns bens, fazer uma reavaliação e isso poderia levar á redução das amortizações. Se isso fosse feito, obviamente, os resultados não seriam os mesmos e não se estava a ser feito nada que fosse ilegal ou condenável do ponto de vista contabilístico. O senhor Presidente nunca disse que a questão dos terrenos tinha consequências nas amortizações, porque, como é claro, o valor do montante de amortizações em dois mil e dezasseis é quase igual ao de dois mil e quinze e, portanto, não houve alteração nessa matéria, houve foi uma melhoria de classificação fruto de um esforço feito. Neste aspeto concreto até se poderia, caso se quisesse dourar a pílula da Prestação de Contas do último ano de mandato, poderia ter feito esta operação contabilística que como se sabe nada tem de ilegal, desde que devidamente fundamentado. Portanto, nessa matéria o senhor Presidente está perfeitamente confortável. Quanto ao nível de execução, referiu o senhor Deputado, que acende a luz amarela mas não acende, só dois anos consecutivos é que acendem a luz amarela e tem o alerta precoce. A execução é uma matéria de

preocupação deste Presidente de Câmara. Já o foi no ano passado e nem sequer vai puxar aqui anos em que a Câmara Municipal tinha execuções baixíssimas, quando estavam os dois do mesmo lado a dizer que as execuções eram demasiado baixas. Portanto, quanto à questão da execução este Executivo está perfeitamente tranquilo. O senhor Presidente lembrou, ainda, que poderia, aqui neste aspeto concreto, ter chegado o fim do ano e fazer aquilo que todos os Municípios fazem, mas entendeu ser mais transparente fazer como fez. O que muitos Municípios fazem é em algumas obras que têm verbas afetas e que não foram concretizadas retiram valor importante e reduzir o valor global do orçamento e com isso aumentar a taxa de execução. O Município de Vagos não o quis fazer porque quer que as contas sejam o mais transparente possível. A questão do investimento ou de viragem económica estão claras na prestação de contas, e há outras que dependem de uma leitura mais lata do que aquilo que é essa leitura mais definida no que respeita ao investimento. No que diz respeito ao investimento pode falar-se em dois mil e dezasseis em todo o investimento privado que custa muita à Autarquia captar e que está a ser feito neste momento e que muito já está concluído e outro ainda está por concluir. Todo esse investimento está a mudar o paradigma do concelho de Vagos. Já aconteceu o senhor Presidente estar em sítios público com empresários, onde eles usaram da palavra, e ouvi-los dizer que um dos principais problemas que têm é a falta de mão-de-obra. Ora, só há falta de mão-de-obra porque a Câmara Municipal fez um excelente trabalho na captação de investimento, mérito de vários executivos, e não só deste. Esse mérito deve-se ao PSD e à estratégia que implementou nestes últimos quinze anos na Câmara Municipal com consequências claras e que estão à vista de todos, que vão muito para além dos números confortáveis que vão sendo apresentados ano após ano na Assembleia Municipal. Da parte da câmara Municipal tudo tem sido feito de forma legal e em prol do desenvolvimento do concelho de Vagos e os resultados estão à vista de todos. -----

-----O senhor Deputado Óscar Gaspar voltou a usar da palavra e referiu que como o senhor Presidente da Câmara começa a tornar-se previsível e já sabia que ia falar de investimento trouxe um gráfico para mostrar. De facto o ano de dois mil e dezasseis foi um ano difícil de investimento público, de facto o orçamento de Estado que não conseguiu ser cumprido, de facto o Governo do PS ficou nos 78,6% da execução de investimento, que de facto é mais baixo, e de lamentar. A última frase desse *slide* diz é que se o nível de execução de investimento da Câmara de Vagos fosse o mesmo do Governo teria tido mais dois milhões e trezentos mil euros de investimento em vez de um milhão e trezentos euros que teve. Investimento é bom e deve servir para o combate político, agora, convém saber do que é que se está a falar e não imputar a responsabilidade a terceiros quando de facto a responsabilidade da execução orçamental da Câmara Municipal de Vagos é da Câmara Municipal de Vagos. E, outra coisa, quando o executivo diz que não peçam obra porque não há meios financeiros mas foi esta Câmara que propôs o orçamento, não foi ninguém que impôs o orçamento e o nível de execução é na ordem dos 30% é porque alguém inscreveu um valor que a Câmara sabia que não era verdadeiro. -----

----- O senhor Presidente voltou a usar da palavra e referiu que o que há a destacar aqui é o facto de o senhor Deputado ter tido o cuidado de não justificar essa falha do Governo em ainda não ter transferido os quinhentos mil euros para o Município. É que somando os quinhentos mil euros aos dois milhões de euros das transferências, que o senhor deputado referiu, e que o senhor Presidente deduziu da

intervenção feita, que não concordava e lembrou que se estão a falar de transferências, por exemplo, para as IPSS's, para as Juntas de Freguesia. Por exemplo, as transferências que foram feitas no âmbito do investimento que as IPSS's fizeram, de facto, não é contabilizado nesta leitura mas é investimento que é feito no concelho, feito através das IPSS's e com a qual estas entidades e todas as outras poderão continuar a contar por parte desta Câmara Municipal. A questão aqui é muito concreta, ou seja, nos dois milhões, que o senhor Deputado referiu, mais os quinhentos mil euros que o Município já devia ter recebido poderia ter pago aos fornecedores, reduzindo a dívida a fornecedores, nem era preciso fazer mais investimento. Só que pagar-se-ia e seria execução, porque como se sabe, apesar de ter sido discutido com alguns Deputados, não com o senhor Óscar Gaspar, porque tem conhecimentos nessa matéria e mau era se colocasse em causa essa questão, se não houver execução da receita não pode haver execução da despesa. Portanto, uma coisa está relacionada com a outra. O PAEL aumenta a execução do Município porque paga dívida que já existia de ano anteriores, não foi investimento novo. O que acontece é que existem aqui valores que têm de ser contabilizados como receita, por exemplo, de empréstimos bancários ou de fundos comunitários que são receitas extraordinárias mas são receitas e que depois são utilizadas para pagar despesas. Agora, o que o senhor Presidente já fez aqui um desafio aos senhores Deputados, e que ainda não obteve resposta, que é indicarem fontes de criação de receita do Município para que se possa aumentar a receita. O executivo tem tentado de tudo e tem vários comprovativos de candidaturas já aprovadas para aumentar a receita e isso acontecerá quando as verbas do Portugal 2020 forem libertadas, que estão em atraso, é a fonte principal e privilegiada de criação de receita. O executivo não conta aumentar os impostos, porque é esse o compromisso que tem com os vaguenses. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com os votos a favor dos grupos municipais do PSD e os votos contra dos grupos municipais do PS e do CDS. -----

----- Encerrado o período da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão à intervenção do público, nos termos do artigo 23º do Regimento. -----

----- Do público pediu para intervir o senhor David Nunes para perguntar ao senhor Presidente da Câmara se ele está de acordo que ele ande a descarregar o sugo nas estradas em frente às portas. Perguntou, também se era legal a Câmara Municipal andar a descarregar sugos perto das escolas e porque é que não se utiliza o sítio onde se descarregava antigamente. O senhor David já foi chamado à atenção pela GNR por estar a descarregar os sugos na via pública. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que em relação à recolha nas escolas não lhe parece que seja isso que esteja a acontecer mas irá averiguar, até porque, em conjunto com a ADRA aumentou-se a rede de águas residuais. Neste momento, a Escola C+S e a Escola Secundária têm rede de abastecimento de águas residuais que drenam diretamente para a rede. Contudo, pode haver outros locais onde a Câmara Municipal ainda faça a recolha, como por exemplo o Centro de Saúde, e, depois, tem de descarregar noutra sítio e esse entendimento é feito com as pessoas responsáveis da ADRA, que dirão qual o local na rede que se deve utilizar. A questão que o senhor David aqui colocou não deve ser feita à Câmara Municipal. O senhor David tem um contrato com a ADRA, para recolher as águas

residuais nas fossas daqueles que ainda não têm ligação à rede, e é a esta entidade que compete informar onde deve descarregar. O senhor David tem um contrato com a ADRA e, portanto, é à ADRA que se tem de dirigir. Até ao momento, do sítio que foi indicado pela ADRA ainda não houve qualquer reclamação de um particular. O senhor David quer descarregar num sítio onde já não o pode fazer, que já está fechado e em obras, que é precisamente o local onde estava o antigo centro de Saúde. Não seria razoável a Câmara Municipal ir arranjar aquele espaço e, depois, ter ali no centro da Vila, de forma permanente, pelo menos enquanto todos os municípios não tiverem saneamento, um ponto de descarga de águas residuais. Portanto, o que foi indicado ao senhor David pela ADRA, e não pela Câmara Municipal, foi um local de descarga que já é o segundo, porque houve um primeiro onde surgiram reclamações de particulares e, obviamente, a Câmara Municipal teve de intervir junto da ADRA que logo arranjou outra alternativa. Se o senhor David não está satisfeito com o local terá de se dirigir à ADRA. À Câmara Municipal compete preservar o bem-estar das pessoas e, até ao momento, não houve qualquer reclamação de nenhum cidadão. -----

-----Não havendo mais intervenções, de imediato, o segundo Secretário, senhor Victor Fernando Santos Neto, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a minuta da ata a votação tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, pelas vinte e duas horas e cinquenta minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente da Mesa. -----

----- **O presidente,** _____